

## AUDITOR-FISCAL

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**



## Módulo I - Conhecimentos Básicos

### Língua Portuguesa

1

#### A origem dos tributos

Atualmente a atividade tributária tem assumido o papel de prover os recursos destinados ao governo para a realização dos fins almejados e revertidos para o bem-estar da coletividade, porém nem sempre foi assim.

Na antiguidade a tributação se destinava basicamente a custear guerras e a prover o sustento de uma classe governante que excedia em seus gastos com luxo e obras suntuosas para o seu merecimento.

Em comunidades primitivas, quando a terra passou a ser um bem de muito valor e objeto constante de disputa entre diversas tribos, as tribos vencedoras exigiam vantagens tributárias tais como, contribuições em ouro, escravos e mercadorias a título de despojos de Guerra.

Na Pérsia no governo de Ciro, no século VI a. C foi implantado um eficiente sistema de correio que permitia o acompanhamento da arrecadação e controle. Tem origem na Pérsia a mais antiga taxa de prestação de serviço público, referente à expedição de carta de correspondência.

Nos antigos impérios a população pagava a "décima", que correspondia a 10% sobre a produção devida ao Estado para as obras públicas.

No Egito antigo o império instituiu uma administração altamente especializada e centralizada e dentre as carreiras públicas, a de escriba real que controlavam a arrecadação de tributos, estava no topo da carreira. O regime tributário no Egito incidia sobre os camponeses que tinham a obrigação de pagarem a título de imposto uma contribuição sobre o montante da produção.

Na Grécia antiga os tributos serviam para custear as despesas de guerra e para isso o Estado cobrava impostos sobre estrangeiros, assim como a conquista de novas áreas servia para aumentar o controle da arrecadação tributária naquela região.

No império Romano a arrecadação de impostos também teve grande importância, pois sua riqueza e expansão foram conquistadas sobre bases tributárias. A expansão do império Romano resultou na anexação de territórios fora da Itália, sendo que as cidades provinciais pagavam os tributos diretos e permanentes sobre as pessoas, e sobre a produção da terra, bem como sobre exploração das minas. O atual sistema de múltiplos impostos foi herdado dos romanos.

(Alessandro Leônico Frazão)

Um texto obedece a uma determinada estruturação, que, segundo seu autor, é mais conveniente.

Assinale a observação adequada sobre a estruturação desse texto.

- (A) Tratando-se de um texto histórico, cada parágrafo mostra sucessão cronológica e uma contínua retomada de informações anteriormente fornecidas.
- (B) O critério de paragrafação do texto é fundamentado na diferença cronológica e na noção de progresso aplicada aos impostos.
- (C) O parágrafo final do texto mostra um ponto de chegada do sistema de impostos, caracterizado pela multiplicidade e pela ligação mais próxima ao sistema atual de cobrança.
- (D) O primeiro parágrafo mostra a etapa mais antiga do sistema de impostos, em oposição a todos os citados na sequência do texto.
- (E) O título selecionado para o texto abrange todos os tópicos abordados nos diversos parágrafos, encaminhados a justificar o sistema atual de cobrança de impostos.

2

*"Os tributos são tão antigos quanto a própria humanidade, sua origem não pode ser definida com exatidão, mas acompanha a própria evolução humana, desde épocas pré-históricas quando o homem passou a fixar-se em apenas um local para caça e guarda de alimentos, sendo, portanto, dono daquele pedaço de terra. No início os tributos eram ofertas voluntárias dos homens como forma de presentear ou homenagear seus Deuses e Líderes.*

*Com o passar do tempo, pelo que se pode ver, as disputas por terras por meio de centenas de guerras foram responsáveis pela evolução da humanidade com o surgimento de grandes civilizações. A partir dessa época os tributos passaram a ser obrigatórios e exigidos pelos reis para financiar seus exércitos e com isso conquistar mais terras."*

(Ederson Leandro Pereira Farias)

O texto acima mostra a opinião e as informações do autor do texto sobre alguns temas ligados aos tributos.

Sobre a estruturação envolvendo informações e opiniões, assinale a opção adequada.

- (A) O enunciador reivindica a paternidade das informações prestadas, como frutos da sua própria opinião.
- (B) O autor do texto apresenta sua própria opinião travestida de uma aparência de opinião geral.
- (C) O autor do texto o apresenta como fruto de seu próprio trabalho de pesquisa, não identificando as fontes.
- (D) O enunciador apresenta informações de origem alheia, acompanhadas de comentários sobre elas.
- (E) O autor do texto apresenta informações diversas, colocando as divergências em destaque.

3

Num artigo sobre tributos, aparece o seguinte segmento:

*“No Brasil, a história dos tributos divide-se em três momentos sendo: colonial, imperial e republicano, respectivamente nessa ordem. Os tributos existem desde o descobrimento de nossa terra, quando boa parte da exploração nativa era enviada para Portugal, época conhecida como Brasil-Colônia. O ‘Quinto do pau-brasil’ é considerado o primeiro tributo brasileiro e decorreu da exploração da árvore nativa pau-brasil (SANTOS 2015). A partir de então, os tributos foram sendo implementados e moldados até chegarmos aos dias atuais.”*

Sobre a organização linguística desse segmento, assinale a observação adequada.

- (A) Na primeira frase do texto, a forma de gerúndio é perfeitamente dispensável, podendo ser substituída por uma vírgula.
- (B) O segmento “respectivamente nessa ordem” é redundante, pois o advérbio “respectivamente” já indica a mesma ordem de termos anteriores.
- (C) O segmento “desde o descobrimento de nossa terra” faz supor que o leitor presumido do texto é o brasileiro nato e os estrangeiros naturalizados.
- (D) O segmento “boa parte da exploração nativa” qualifica e quantifica a parte da exploração nativa.
- (E) O segmento “época conhecida como Brasil-Colônia” se refere a um antecedente claramente definido nos segmentos anteriores.

4

*“A sonogação é muito antiga no Brasil e até já criou expressões na língua popular brasileira que muitos nem se dão conta de que surgiram por conta dos tributos, como o ‘Quinto dos Infernos’ que se referia à quinta parte ou os 20% que os demais países deveriam pagar para Portugal quando compravam produtos do Brasil na época da colônia. Ou ainda o ‘Santo do Pau Oco’ que eram as imagens de santos feitas em madeira ‘oca’ pois no interior delas os garimpeiros saíam com ouro dos garimpos sem pagar os tributos.”*

Sobre a construção desse parágrafo, assinale a observação **inadequada**.

- (A) O corpo do parágrafo corresponde à explicitação do conteúdo da tese argumentativa do mesmo parágrafo.
- (B) O conteúdo básico do parágrafo mostra expressões enumeradas, acompanhadas das explicações etimológicas de seus termos.
- (C) As expressões citadas, por serem de ocorrência historicamente antiga, comprovam a afirmação inicial.
- (D) As expressões citadas no parágrafo estão organizadas em confrontação, documentando a tese exposta.
- (E) O ato de sonegar está presente nas duas expressões selecionadas para o texto.

5

*“O surgimento do imposto de renda ocorreu relativamente tarde no desenvolvimento dos povos. A instituição de um real imposto sobre a renda exige um modelo econômico que possa ser avaliado e monitorado, para possibilitar o controle, a fiscalização e a cobrança do tributo. O sistema econômico de trocas de produtos ou serviços por outros produtos ou serviços dificultava a medição da renda. Com a criação da moeda, houve uma unidade para determinar o acréscimo do patrimônio das pessoas, possibilitando determinar a renda e tributá-la. Em vez de a riqueza ser avaliada apenas pelos bens que o indivíduo possuía, pôde ser medida pelo produto desses bens, isto é, pela renda.”*

(A História do Imposto de Renda – Cristóvão Barcellos da Nóbrega)

Observe os dois primeiros períodos desse texto:

*“O surgimento do imposto de renda ocorreu relativamente tarde no desenvolvimento dos povos. / A instituição de um real imposto sobre a renda exige um modelo econômico que possa ser avaliado e monitorado, para possibilitar o controle, a fiscalização e a cobrança do tributo.”*

A relação lógica entre esses períodos pode ser explicada adequadamente do seguinte modo:

- (A) o primeiro período mostra uma consequência do segundo.
- (B) o segundo período traz uma ampliação das informações contidas no primeiro.
- (C) o segundo período situa cronológica e espacialmente os fatos informados no primeiro.
- (D) o segundo período dá forma objetiva à informação dada de forma geral no primeiro período.
- (E) o primeiro período mostra uma ideia concessiva em relação ao segundo.

6

O conteúdo programático desta prova inclui operações de re-escritura da frase. Assinale a opção em que a modificação ocorrida da primeira frase está corretamente indicada.

- (A) A inteligência é uma construção do sujeito para enriquecer os objetos externos / A inteligência é uma construção do sujeito para o enriquecimento dos objetos externos = transformação de uma oração reduzida em oração desenvolvida.
- (B) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano / Errar é humano, embora culpar o computador seja ainda mais humano = substituir um sinal de pontuação por um conector adequado.
- (C) Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção da regra / Não há exceções à regra de que todos gostam de ser a exceção dela = substituição de um termo repetido por um hiperônimo.
- (D) O arquiteto deseja sempre realizar o projeto e o pagamento do serviço / O arquiteto deseja sempre realizar o projeto e receber o pagamento = modificar um termo para restabelecer o paralelismo na frase.
- (E) Não basta fugir, é preciso fugir na direção certa / Não basta fugir, é preciso fazê-lo na direção certa = substituição de um termo repetido por um sinônimo.

7

“Por ocasião do octogésimo aniversário do imposto de renda no Brasil, a Receita Federal editou um livro sobre a trajetória desse imposto e criou, na sua página na internet, um sítio com a Memória da Receita Federal, contando não só a evolução do imposto de renda como relevantes temas da história tributária brasileira.”

Assinale a opção que mostra informações corretas sobre o gênero e o tipo textuais desse fragmento textual.

- (A) Texto descritivo, de tipo jornalístico, da responsabilidade de um observador, com predominância de identificar ou localizar uma realidade qualquer.
- (B) Texto descritivo, de tipo informativo, da responsabilidade de um especialista, com predominância de qualificar uma realidade qualquer.
- (C) Tipo dissertativo, de caráter expositivo-informativo, da responsabilidade de uma autoridade, com predominância de expor fatos.
- (D) Tipo dissertativo, de caráter argumentativo, da responsabilidade de um argumentador, com predominância de defender uma tese.
- (E) Tipo narrativo, de caráter realista, da responsabilidade de um narrador, com predominância de relato de fatos em sequência cronológica.

8

Foi prevenido aos candidatos deste concurso que as informações gramaticais do conteúdo programático seriam consideradas sob o ponto de vista textual.

Nesse caso, assinale a opção em que a preposição “a” tem seu papel textual corretamente identificado.

- (A) Introduzir um objeto direto preposicionado: *Amar a Deus sobre todas as coisas.*
- (B) Introduzir um objeto indireto: *Chegar à eternidade na flor da idade.*
- (C) Preceder um complemento nominal: *Decidiu entregar à sorte a sua decisão.*
- (D) Introduzir um adjunto adverbial: *Deu bom-dia a todos os presentes.*
- (E) Evitar a ambiguidade na frase: *O turista cumprimentou a todos os presentes.*

9

Observe a estruturação das três frases abaixo:

- Pagaram o imposto no prazo.
- Pagou-se o imposto no prazo.
- Alguém pagou o imposto no prazo.

Sobre essa estruturação, assinale a afirmação correta.

- (A) As duas primeiras frases estão na voz passiva.
- (B) Em todas as frases o sujeito não é identificado.
- (C) As duas últimas frases mostram o agente da ação verbal.
- (D) O sujeito é indeterminado na terceira frase.
- (E) As duas últimas frases mostram sujeito claro.

10

Sabemos todos que a repetição de palavras idênticas num texto é um problema sempre corrigido pelos professores de redação.

Assinale a frase abaixo em que a repetição de palavras idênticas **não** é identificada como um problema de escrita.

- (A) O ruim de ser incluído entre os ricos é viver com os ricos.
- (B) Como a maior parte dos ricos, o principal uso da riqueza consiste na exibição da riqueza.
- (C) Um idiota pobre é um idiota. Um idiota rico é um rico.
- (D) Ame teu vizinho, mas não derrube a cerca do teu vizinho.
- (E) O que a Câmara faz, faz a Câmara.

## Língua Inglesa

### Text I

#### Adding ethics to public finance

*Evolutionary moral psychologists point the way to garnering broader support for fiscal policies*

Policy decisions on taxation and public expenditures intrinsically reflect moral choices. How much of your hard-earned money is it fair for the state to collect through taxes? Should the rich pay more? Should the state provide basic public services such as education and health care for free to all citizens? And so on.

Economists and public finance practitioners have traditionally focused on economic efficiency. When considering distributional issues, they have generally steered clear of moral considerations, perhaps fearing these could be seen as subjective. However, recent work by evolutionary moral psychologists suggests that policies can be better designed and muster broader support if policymakers consider the full range of moral perspectives on public finance. A few pioneering empirical applications of this approach in the field of economics have shown promise.

For the most part, economists have customarily analyzed redistribution in a way that requires users to provide their own preferences with regard to inequality: Tell economists how much you care about inequality, and they can tell you how much redistribution is appropriate through the tax and benefit system. People (or families or households) have usually been considered as individuals, and the only relevant characteristics for these exercises have been their incomes, wealth, or spending potential.

There are two — understandable but not fully satisfactory — reasons for this approach. First, economists often wish to be viewed as objective social scientists. Second, most public finance scholars have been educated in a tradition steeped in values of societies that are WEIRD (Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic). In this context, individuals are at the center of the analysis, and morality is fundamentally about the golden rule — treat other people the way that you would want them to treat you, regardless of who those people are. These are crucial but ultimately insufficient perspectives on how humans make moral choices.

Evolutionary moral psychologists during the past couple of decades have shown that, faced with a moral dilemma, humans decide quickly what seems right or wrong based on instinct and later justify their decision through more deliberate reasoning. Based on evidence presented by these researchers, our instincts in the moral domain evolved as a way of fostering cooperation within a group, to help ensure survival. This modern perspective harks

back to two moral philosophers of the Scottish Enlightenment — David Hume and Adam Smith — who noted that sentiments are integral to people’s views on right and wrong. But most later philosophers in the Western tradition sought to base morality on reason alone.

Moral psychologists have recently shown that many people draw on moral perspectives that go well beyond the golden rule. Community, authority, divinity, purity, loyalty, and sanctity are important considerations not only in many non-Western countries, but also among politically influential segments of the population in advanced economies, as emphasized by proponents of moral foundations theory.

Regardless of whether one agrees with those broader moral perspectives, familiarity with them makes it easier to understand the underlying motivations for various groups’ positions in debates on public policies. Such understanding may help in the design of policies that can muster support from a wide range of groups with differing moral values.

Adapted from: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2022/03/Adding-ethics-to-public-finance-Mauro>

### 11

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

- I. The planning of fiscal strategies is impervious to moral considerations.
- II. Traditional public finance education based on the golden rule is wanting as regards moral choices.
- III. Since the 18th century, philosophers have been on the same page as regards moral dilemmas.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – T.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – F.
- (D) F – T – T.
- (E) T – F – F.

### 12

In the subtitle, “garnering” comes from the notion of

- (A) storing grains.
- (B) renting garrets.
- (C) making garlands.
- (D) lapidating garnets.
- (E) charging garrisons.

### 13

The adjective in “is it fair for the state to collect through taxes” (1<sup>st</sup> paragraph) is equivalent in meaning to

- (A) bewildering.
- (B) befuddling.
- (C) bemusing.
- (D) beguiling.
- (E) befitting.

### 14

The underlined expression in “regardless of who those people are” (4<sup>th</sup> paragraph) can be replaced without change in meaning by

- (A) alike.
- (B) despite.
- (C) whereas.
- (D) however.
- (E) concerning.

### 15

When it is stated that “tradition [is] steeped in values of societies” (4<sup>th</sup> paragraph) it is implied that these values have been

- (A) imbued.
- (B) shunned.
- (C) debased.
- (D) withheld.
- (E) overestimated.

### Text II

#### How trade can become a gateway to climate resilience

Most people don't think about climate change when they lift a café latte to their lips or nibble on a square of chocolate — but this could soon change.

Based on current trajectories, around a quarter of Brazil's coffee farms and 37% of Indonesia's are likely to be lost to climate change. Swathes of Ghana and Côte d'Ivoire — where most of the world's chocolate is sourced — will become too hot to grow cocoa by 2050.

Climate-related droughts and deadly heatwaves across the world have coincided with severe storms, cyclones, hurricanes, and, of course, a pandemic. As a consequence of these shocks, millions of people have been left without homes, and a growing number of people now face starvation and a total collapse of livelihoods as growing and exporting staple crops becomes untenable.

We must immediately rethink the shape of our economies, agricultural systems and consumption patterns. Our priority is to manufacture climate resilience in global economies and societies — and we must do it quickly.

Trade can kickstart the emergence of climate-resilient economies, especially in the poorest countries. Trade has a multiplier effect on economies by driving production growth and fostering the expansion of export industries. By shifting focus to production and exports that increase climate resilience, there is potential to exponentially increase the land surface and trade processes prepared to withstand the climate crisis.

Adapted from: <https://www.weforum.org/agenda/2022/07/trade-can-be-a-gateway-to-climate-resilience>

### 16

The aim of the text is to offer both

- (A) an alert and a scolding.
- (B) a query and a dismissal.
- (C) a pledge and a grievance.
- (D) a warning and a way out.
- (E) a disclaimer and a solution.

17

The position of the writer is that the situation described

- (A) could be shrugged off.
- (B) will not offer any harm.
- (C) ought to shift promptly.
- (D) should be taken lightly.
- (E) needs to be overlooked.

18

The adjective in "the poorest countries" (5<sup>th</sup> paragraph) is in the same form as

- (A) All nations should be more attentive to the homeless.
- (B) Ghana will be having a fine chocolate harvest in 2050.
- (C) Brazil is one amongst many coffee-producing countries.
- (D) It is hard to point out the most comfortable places on Earth.
- (E) Hopefully by 2050 there will be fewer climate-related issues.

## Raciocínio Lógico Matemático

19

Um estudo procurou avaliar a frequência de saídas para jantar fora de uma população. A população foi dividida em três faixas de renda mensal, medida em salários mínimos (sm): menos do que 2sm, entre 2 e 5sm e mais do que 5sm. O número médio de saídas noturnas também foi dividido em três faixas: menos de uma vez, uma ou duas vezes e mais de duas vezes por semana. Na tabela a seguir, são apresentados os resultados, em frações das referidas subpopulações. A tabela também apresenta, em sua última coluna, a fração da população situada em cada nível de rendimento.

	saída < 1	1 < saída < 2	saída > 2	%
sm < 2	0,7	0,2	0,1	0,6
2 ≤ sm ≤ 5	0,5	0,3	0,2	0,3
sm > 5	0,2	0,6	0,2	0,1

A fração dessa população que sai para jantar menos de uma vez por semana situa-se entre

- (A) 0,2 e 0,3.
- (B) 0,3 e 0,4.
- (C) 0,4 e 0,5.
- (D) 0,5 e 0,6.
- (E) 0,6 e 0,7.

20

A Mega-Sena é um jogo de apostas no qual são sorteadas 6 dentre 60 bolas numeradas de 1 a 60. Cecília fez uma aposta, escolhendo os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Cecília está acompanhando o sorteio e viu que as três primeiras bolas sorteadas foram as de número 1, 2 e 3.

A chance de Cecília acertar os seis números e ganhar na Mega-Sena é agora de uma em

- (A) 29.260.
- (B) 38.482.
- (C) 61.245.
- (D) 83.998.
- (E) 102.063.

21

Lionel pretende comprar um carro que pode ser pago à vista, por 80 mil reais, ou a prazo, por 120 mil reais, com uma entrada e mais duas prestações iguais, a primeira a ser paga depois de um ano e a segunda a ser paga depois de mais um ano. Lionel dispõe de 150 mil reais, que estão aplicados no banco, com rendimento de 50% ao ano. Lionel prefere pagar a prazo.

O valor máximo da entrada que Lionel deve pagar de modo que a opção a prazo seja preferível é de

- (A) 60 mil reais.
- (B) 50 mil reais.
- (C) 40 mil reais.
- (D) 30 mil reais.
- (E) 20 mil reais.

22

Um quadrado tem lado igual a 8. O número máximo de circunferências de raio 1 que podem ser postas no interior do quadrado de modo que os centros das circunferências estejam todos sobre a mesma diagonal do quadrado é igual a

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 6.
- (D) 5.
- (E) 4.

23

O número de anagramas que podem ser formados com as letras da palavra DEMOCRACIA em que todas as vogais estejam juntas e todas as consoantes também estejam juntas é igual a

- (A) 3600.
- (B) 4800.
- (C) 7200.
- (D) 12300.
- (E) 14400.

24

Três candidatos disputam uma eleição presidencial. Segundo pesquisas eleitorais, os candidatos A, B e C têm 41%, 34% e 7% das preferências, respectivamente. Votos em branco correspondem a 10% dos eleitores, enquanto votos nulos correspondem a 8%.

Votos brancos e nulos não são considerados votos válidos. Segundo as pesquisas, o percentual de votos válidos do candidato A é igual a

- (A) 50,0%.
- (B) 50,4%.
- (C) 48,8%.
- (D) 52,2%.
- (E) 47,5%.

25

A partida decisiva Maiores x Geniais envolve uma grande incógnita. O goleiro Pegatudo, dos Geniais, está machucado, e a probabilidade de sua presença em campo é de 60%. Das últimas 10 partidas entre as equipes com Pegatudo no gol, os Geniais ganharam 7 e perderam 3. Porém, nas últimas 4 vezes em que Pegatudo esteve ausente, os Maiores venceram 3 e só perderam 1.

Usando esses dados, a probabilidade que os Geniais saiam vencedores do confronto é estimada em

- (A) 76%.
- (B) 68%.
- (C) 60%.
- (D) 58%.
- (E) 52%.

26

Um triângulo equilátero feito de cartolina tem vértices A, B e C. Corta-se o triângulo em linha reta com uma tesoura, indo de A até o ponto D situado no lado oposto BC e tal que a distância de D a B é o triplo da distância de D a C.

Se a área do triângulo ABC vale  $24\text{cm}^2$ , então a área do triângulo restante ABD vale

- (A) 16.
- (B) 17.
- (C) 18.
- (D) 19.
- (E) 20.

## Estatística

27

Observe as cinco amostras a seguir:

Amostra	Observações						
1	-5	-3	-1	1	3	5	7
2	22	26	30	34	38		
3	100	101	102	103			
4	1	2	3	5	10		
5	0,5	2,0	3,5	5,0	6,5		

Das cinco, a de menor desvio padrão é a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

28

Uma equipe de trabalho reúne 4 auditores e 6 analistas. Se três pessoas dessa equipe forem selecionadas aleatoriamente para formar um pequeno grupo de trabalho, a probabilidade de que esse grupo seja formado por dois analistas e um auditor é igual a

- (A) 0,2.
- (B) 0,5.
- (C) 0,6.
- (D) 0,7.
- (E) 0,8.

29

Numa população, 50% das pessoas têm uma certa característica C. Se 4 pessoas forem aleatoriamente selecionadas, com reposição, a probabilidade de que mais de uma tenha a característica C é igual a

- (A) 0,3125.
- (B) 0,3650.
- (C) 0,4245.
- (D) 0,6875.
- (E) 0,7225.

30

Suponha que uma amostra aleatória simples  $X_1, X_2, \dots, X_n$ , de tamanho  $n$ , será observada de uma variável populacional normalmente distribuída com média  $\mu$  e variância  $\sigma^2$ .

Considere as estatísticas média amostral e soma dos quadrados dos desvios, dadas, respectivamente, por

$$\bar{X} \text{ e } Q = \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2.$$

Avalie se as seguintes afirmativas estão corretas:

- I.  $\bar{X}$  tem distribuição normal com média  $\mu$  e variância  $\sigma^2/n$ .
- II.  $\bar{X}$  e  $Q$  são fortemente correlacionadas.
- III.  $Q/\sigma^2$  tem distribuição qui-quadrado com  $(n-1)$  graus de liberdade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

31

Suponha que  $p$  seja a proporção populacional de trabalhadores com rendimentos salariais mensais de mais do que 5 salários mínimos e que se deseja testar uma hipótese nula simples  $p = p_0$ . Uma amostra aleatória simples de tamanho 1600 foi observada e mostrou que, nessa amostra, 320 trabalhadores tinham rendimentos salariais mensais de mais do que 5 salários.

Um intervalo de 95% de confiança aproximado para  $p$  resulta então em (0,18; 0,22).

Avalie se, com base nesses dados, as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- I. Se  $p_0 = 0,2$  a hipótese nula deve ser rejeitada ao nível de significância de 5%.
- II. Se  $p_0 = 0,15$  a hipótese nula não deve ser rejeitada ao nível de significância de 5%.
- III. Se  $p_0 = 0,23$  fica inconclusiva a decisão ao nível de significância de 5%.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

32

Numa regressão linear simples, verificou-se um coeficiente de correlação amostral igual a 0,756. Nesse caso, o coeficiente de determinação é aproximadamente igual a

- (A) 0,48.
- (B) 0,51.
- (C) 0,54.
- (D) 0,57.
- (E) 0,60.

## Economia e Finanças Públicas

33

Considere uma economia com apenas dois bens, sendo esses substitutos perfeitos.

Uma das características dos bens substitutos perfeitos é que

- (A) a taxa marginal de substituição é igual a  $-1$ .
- (B) podem ser representados por uma função utilidade linear.
- (C) uma unidade adicional de um dos bens só tem utilidade quando combinada com  $x$  unidades do outro bem.
- (D) podem ser representados por uma função utilidade do tipo  $\min\{.,.\}$ .
- (E) a taxa marginal de substituição é nula ou infinita.

34

Considere o problema de maximização de uma sociedade empresária em um mercado em que ela é a única firma – portanto, é monopolista.

Logo, no nível ótimo,

- (A) essa sociedade empresária produz no ponto em que o custo marginal iguala o preço.
- (B) essa sociedade empresária produz no ponto em que a derivada da receita marginal em relação ao produto é maior que a derivada do custo marginal.
- (C) o preço será cada vez maior do que o custo marginal, quanto mais inelástica for a demanda.
- (D) o preço será igual a zero quando a demanda for perfeitamente elástica.
- (E) a sociedade empresária opera na parte inelástica da demanda.

35

Suponha que duas pessoas joguem o seguinte jogo: ambos devem escolher simultaneamente um número real ( $x \in R$ ), que satisfaça duas condições:

$$x \geq 0 \text{ e } x \leq 100.$$

Se o número escolhido por um dos jogadores for igual à metade da média entre os dois números escolhidos por ambos, esse jogador ganha o jogo.

Assuma que o par  $(x_1, x_2)$  representa os números escolhidos pelos jogadores 1 e 2, respectivamente.

Logo, o equilíbrio de Nash será dado por

- (A) (0,0).
- (B) (50,50).
- (C) (25,50).
- (D) (50,25).
- (E) (100,100).

36

Considere as seguintes siglas:

PIB = Produto Interno Bruto, PIL = Produto Interno Líquido, PNB = Produto Nacional Bruto, PNL = Produto Nacional Líquido, II = Impostos Indiretos, ID = Impostos Diretos, Subs = Subsídios, RLEE = Renda Líquida Enviada ao Exterior, RP = Renda Pessoal, RN = Renda Nacional, RPD = Renda Pessoal Disponível, Transf = Transferências do governo para as famílias, Sp = Poupança Privada, Sg = Poupança do Governo, Se = Poupança Externa.

Ademais, considere que o subscrito  $cf$  representa “a custo de fatores” e o subscrito  $pm$  representa “a preços de mercado”.

Assim, avalie se as seguintes expressões relacionam corretamente os agregados macroeconômicos.

- I.  $PNL_{cf} = PIB_{pm} - \text{depreciação} - II + \text{Subs.} - RLEE$ .
- II.  $RPD = RP - ID$  sobre famílias.
- III.  $Se = RLEE - \text{Exportações} + \text{Importações}$ .

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37

Seja NFSP = Necessidades de Financiamento do Setor Público, G = Gastos Públicos Não Financeiros, T = Arrecadação Não Financeira,  $i$  = taxa nominal de juros,  $r$  = taxa real de juros, B = estoque de títulos públicos,  $\pi$  = taxa de inflação.

Em relação aos conceitos de déficit fiscal ou dívida pública, **não** é correto afirmar que

- (A) NFSP nominal =  $G - T + iB$ .
- (B) NFSP operacional =  $G - T + rB$ .
- (C) NFSP nominal = Variação de B – Emissão Monetária.
- (D) NFSP primário =  $G - T + iB - [(1+r) \cdot (1+\pi) - 1]B$ .
- (E) NFSP primário = Gastos Públicos Não Financeiros – Arrecadação Não Financeira.

38

Em relação aos ingressos públicos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados estão inseridos no Grupo da Fonte de Recursos do Tesouro, tanto do exercício corrente como dos exercícios anteriores.
- ( ) A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador.
- ( ) Segundo a classificação pela origem, a Receita Corrente inclui a Receita Patrimonial, esta sendo proveniente da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

## Administração Geral

39

Considerando a análise da capacidade de uma sociedade empresária cumprir suas obrigações financeiras de longo prazo, podemos lançar mão de indicadores de solvência de longo prazo. Assinale a opção que lista apenas medidas de análise de solvência de longo prazo das sociedades empresárias.

- (A) Índice de Liquidez Imediata e Margem Líquida.
- (B) Retorno sobre o Ativo e Giro do Capital Circulante Líquido.
- (C) Índice de Endividamento Total e Cobertura de Caixa.
- (D) Giro do Estoque e Índice de Liquidez Seca.
- (E) Índice de Liquidez Corrente e Índice de Cobertura de Juros.

40

O processo administrativo é dinâmico e sua complexidade decorre da realidade organizacional e da exigência de inter-relações entre as principais funções administrativas.

Tendo esta perspectiva, relacione as funções administrativas que formam o processo administrativo às atividades descritas.

1. Planejamento
2. Organização
3. Direção
4. Controle

- ( ) Estabelecer a divisão do trabalho, alocar recursos, definir responsabilidades.
- ( ) Motivar, liderar, comunicar e coordenar esforços.
- ( ) Definir padrões, monitorar e avaliar desempenho.
- ( ) Definir missão, objetivos e programar atividades.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 3 – 4 – 1.
- (B) 3 – 4 – 2 – 1.
- (C) 2 – 1 – 3 – 4.
- (D) 4 – 3 – 1 – 2.
- (E) 1 – 2 – 4 – 3.

41

O *Balance Scorecard* (BSC) transforma a estratégia organizacional em um abrangente conjunto de indicadores que perfazem um sistema para a gestão estratégica. Para tanto, ele considera quatro perspectivas: financeira, dos processos, dos clientes e da aprendizagem e crescimento organizacional. Embora largamente difundida, a implementação do BSC nem sempre se dá como esperado.

Entre as situações que estão na raiz de algumas dificuldades na implementação do BSC em algumas organizações, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Equilíbrio entre as medidas estratégicas internas e externas permitindo o alinhamento da organização à estratégia.
- ( ) Falta de envolvimento da alta administração na implementação do BSC dificultando a mobilização para as mudanças necessárias.
- ( ) Concentração da implementação do BSC em poucas pessoas sem torná-lo um processo contínuo e de toda organização.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, F e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e F.
- (E) F, V e V.

42

Embora seja alvo de muitas críticas ao longo da evolução das teorias organizacionais, a departamentalização continua sendo um modelo de organização predominante em muitos setores. Há, no entanto, diferentes maneiras de definir a departamentalização e buscar adequá-la ao ambiente em que a organização atua.

Considerando os tipos de departamentalização, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- ( ) A departamentalização por produtos ou serviços é considerada adequada para promover a cooperação entre departamentos e, assim, facilitar a inovação em ambientes onde a tecnologia muda rapidamente.
- ( ) A departamentalização funcional promove a cooperação entre especialistas com competências comuns, o que por sua vez pode dificultar a cooperação interdepartamental e a flexibilidade para responder às mudanças tecnológicas quanto estas são muito frequentes.
- ( ) A departamentalização por processos facilita a adaptação à realidade local, incluindo delimitações geográficas, sendo recomendada para níveis estratégicos por sua flexibilidade às mudanças.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e F.

43

A evolução dos programas de gestão da qualidade beneficiou-se do surgimento e da adoção de múltiplas técnicas ou ferramentas. Associe as técnicas ou ferramentas de qualidade citadas aos objetivos descritos de cada uma delas.

1. Diagrama de causa e efeito
2. Fluxograma
3. Gráfico de Pareto
4. Diagrama de correlação
5. Gráfico de controle

- ( ) Analisar a variabilidade de um processo considerando padrões mínimos e máximos esperados.
- ( ) Mapear processos, identificando eventuais gargalos e o redesenho destes processos.
- ( ) Identifica e hierarquiza as causas de determinados problemas que afetam a qualidade de um processo permitindo definir ações para sua minimização ou eliminação.
- ( ) Permite priorizar quais os fatores que causam os maiores impactos na gestão da qualidade ao identificar os fatores críticos deste processo.
- ( ) Analisar como dois fatores estão relacionados na determinação de um problema.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 5 – 4.
- (B) 4 – 1 – 5 – 2 – 3.
- (C) 5 – 1 – 4 – 2 – 3.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4 – 5.
- (E) 5 – 2 – 1 – 3 – 4.

**44**

Um dos principais desafios para a compreensão e gestão do comportamento organizacional reside no estudo da motivação para o trabalho e o alcance dos objetivos organizacionais.

Considerando as contribuições teóricas sobre motivação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Com base na teoria dos quatro impulsos, focada no conteúdo da motivação, podemos afirmar que todos temos impulsos proativos e reativos que definem nossas emoções e impedem que elas sejam racionalmente trabalhadas para a motivação e o foco em objetivos.
- ( ) A teoria da equidade está baseada na premissa de que as pessoas comparam a relação entre esforços e recompensas e esperam que haja o mesmo tratamento para todos neste aspecto. De acordo com esta teoria, a percepção da equidade no ambiente de trabalho é um elemento decisivo para a motivação e o comprometimento com os objetivos organizacionais.
- ( ) Na teoria da hierarquia de necessidades de Maslow, a principal fonte de motivação é o suprimento da próxima necessidade na hierarquia que, por sua vez, parte das necessidades fisiológicas, de segurança, de pertencimento, de estima e, finalmente, de autorrealização.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e V.
- (E) F, F e V.

**45**

Considerando as técnicas e os métodos de avaliação e gestão de desempenho, a avaliação 360 graus surgiu com o objetivo de levar em conta a avaliação de todos aqueles que têm alguma forma de interação com o avaliado.

Sobre a avaliação 360 graus, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Reunindo todas as avaliações consideradas, permite elaborar um plano de desenvolvimento individual, baseado nas diferentes perspectivas da avaliação.
- ( ) Deve envolver todos os colaboradores internos que interagem com o avaliado, independentemente do nível hierárquico, e evitar que pessoas externas à organização interfiram na avaliação do colaborador.
- ( ) Traz um conjunto de informações diversificadas que podem enriquecer a avaliação, mas que também são de complexa sistematização, além de ser dependente de um adequado treinamento dos avaliadores e suscetível a eventuais conclusões na avaliação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e F.
- (C) F, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, V e V.

**46**

A avaliação de um projeto leva em conta indicadores de desempenho que podem ser agrupados em cinco níveis de avaliação de sucesso de um projeto, quais sejam: processo, projeto, produto ou serviço, negócio e estratégico.

Relacione cada nível de sucesso de um projeto à descrição do escopo da sua avaliação.

1. Nível de processo
  2. Nível de projeto
  3. Nível de produto ou serviços
  4. Nível de negócio
  5. Nível estratégico
- ( ) Avalia a conformidade com as especificações e a satisfação do cliente.
  - ( ) Analisa o uso adequado das ferramentas de gestão de projetos.
  - ( ) Avalia o retorno sobre o investimento realizado no projeto.
  - ( ) Realiza a análise das vantagens competitivas decorrentes do projeto.
  - ( ) Avalia o atendimento do escopo, tempo e custo previstos.

Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 5 – 2 – 4 – 1 – 3
- (B) 3 – 1 – 4 – 5 – 2
- (C) 3 – 1 – 5 – 2 – 4
- (D) 4 – 3 – 2 – 5 – 1
- (E) 2 – 1 – 3 – 4 – 5

## Administração Pública

**47**

Em termos de descentralização e democratização de políticas públicas, a atuação do Estado-rede combina um conjunto de princípios, entre os quais destaca-se o da subsidiariedade.

Assinale a opção que melhor explica esse princípio.

- (A) Como medida para combater a corrupção e o nepotismo todas as ações e as decisões devem ser públicas.
- (B) O Estado deve ser substituído pela sociedade em tudo que não seja essencial.
- (C) A gestão pública deve ser modernizada por meio de investimentos em equipamentos, *softwares* e em treinamento e capacitação de pessoal.
- (D) A implementação “de cima para baixo” é a mais adequada às políticas cooperativas e participativas.
- (E) A boa remuneração dos servidores públicos é essencial, pois subsidia a atração dos melhores profissionais do mercado.

48

No desenvolvimento da *accountability*, segundo diferentes autores, há que se considerar dimensões tecnicistas e não tecnicistas que impactam a forma como vemos a atuação dos conselhos de políticas públicas.

Muitos autores defendem a necessidade de uma *accountability* baseada na dialética e na argumentação crítica, de modo a compreender a ideia de que atribuições do conselho envolvem a contraposição de ideias, indo além das funções de controle.

Em tal perspectiva, o pleno *accountability* depende do desenvolvimento de uma dimensão

- (A) burocrática.
- (B) tecnocrática.
- (C) dialógica.
- (D) circular.
- (E) educativa.

49

A gestão de riscos na Administração Pública é um processo que busca contribuir para a eficiência organizacional no cumprimento da missão institucional. É, assim, uma ferramenta para assegurar a produção de valor público. São passos fundamentais para o sucesso deste processo, entre outros, a identificação, a análise e a avaliação dos riscos aos quais a organização está submetida. O cumprimento dessas etapas permite identificar alternativas de tratamento dos riscos e o seu monitoramento contínuo.

Uma Universidade Pública brasileira identificou, como evento de risco, a possível invasão de seus sistemas corporativos seguida da alteração dos registros acadêmicos de seus estudantes. Com base em uma escala linear definida na Política de Gestão de Riscos da Universidade, a probabilidade de ocorrência deste evento sem a adoção de medidas de controle foi definida como alta (8, em uma escala de 1 a 10) e o impacto da sua ocorrência como muito alto (10, também em uma escala de 1 a 10).

Podemos ver, a seguir, os níveis de risco definidos pela Universidade inspirada em orientações do Tribunal de Contas da União:

Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Extremo
0 a 9,99	10 a 39,99	40 a 79,99	80 a 100

Feita a análise do nível de risco inerente à ocorrência deste evento, a Universidade passou a adotar medidas de controle muito rigorosas a partir de um *benchmarking* com algumas de suas congêneres. Tais medidas foram avaliadas e consideradas de um nível de confiança satisfatório (60%) após nova análise de especialistas.

Com base nestas informações, podemos afirmar que o nível de risco inerente e o nível de risco residual de ocorrência deste evento na Universidade são, respectivamente,

- (A) Extremo e Alto.
- (B) Alto e Médio.
- (C) Extremo e Médio.
- (D) Alto e Alto.
- (E) Extremo e Extremo.

50

As críticas ao chamado modelo racional-legal da Administração Pública estão nas bases do que se tem convenido chamar paradigma pós-burocrático. Diferentes enfoques se desenvolveram apontando os limites da organização burocrática, tendo em vista a evolução da Administração Pública em direção ao atendimento das demandas contemporâneas da sociedade.

Nesse contexto, uma importante abordagem é a do chamado “novo serviço público”. Considerando essa perspectiva, analise se as afirmativas a seguir estão coerentes com os princípios do “novo serviço público” e assinale (V) para a afirmativa verdadeira (coerente) e (F) para a falsa (não coerente).

- ( ) A busca da eficiência e do desempenho não encerra os objetivos da Administração Pública que, além de eficiente executora, deve ser reconhecida como legítima, como elemento central do processo de governança pública, o que requer uma liderança compartilhada – dentro e fora da organização pública – que aprofunde o caráter democrático da Administração Pública.
- ( ) Os mecanismos de mercado são os instrumentos mais adequados para a escolha pública, devendo o empreendedorismo e a adoção de práticas do setor privado estar no cerne da reforma da Administração Pública como forma de arbitrar os interesses individuais e permitir o avanço no combate dos problemas mais imediatos que assolam a população.
- ( ) Os administradores públicos devem ter uma nova visão do papel do cidadão, não como mero usuário ou cliente, mas estimulando o engajamento cívico e adotando a colaboração como prática, considerando a prestação de serviços públicos como um processo de coprodução em que a responsabilidade é compartilhada em todas as suas etapas.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) F, F e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e F.

51

No gerenciamento de riscos de uma autarquia pública, optou-se por um modelo que, sem ser um referencial completo, permitisse estabelecer claramente os papéis e as responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização, visando, dessa forma, a protegê-la dos riscos, por meio de uma estrutura adequada de governança.

Depreende-se do enunciado que a autarquia optou pelo modelo

- (A) COSO-ERM de 2004
- (B) COSO/GRC de 2017.
- (C) EFQM excellence model.
- (D) ISO-IEC 31010: 2009.
- (E) três linhas de defesa.

52

Diante de acidente aéreo de grande impacto na mídia nacional, um governante percebeu que era chegado o momento de aprovar uma política que fosse mais restritiva em relação às práticas operacionais do setor e que promovesse maior segurança ao tráfego aéreo nacional. Contrariando a maioria das previsões, em um curto espaço de tempo, a ideia foi abraçada pelo governo federal, ganhou espaço na agenda e foi aprovada em poucas semanas.

A formulação dessa política ocorreu em função do fenômeno conhecido como

- (A) agentes no nível de rua.
- (B) avaliação formativa.
- (C) janela de oportunidade.
- (D) monitoramento *a posteriori*.
- (E) política redistributiva.

53

O processo de compras governamentais tem evoluído com a incorporação de critérios que estimulam, entre outros, o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica, a demanda de produtos locais e a acessibilidade.

O poder de compra do Estado é reconhecido como um importante instrumento de política pública. E no caso da sustentabilidade, a legislação de contratações públicas tem amparado as condições para a sua promoção. A nova lei de licitações, a Lei nº 14.133 de 2021, por exemplo, consagra, em seu artigo 5º, o desenvolvimento nacional sustentável como um de seus princípios e, em seu artigo 11º, como um dos objetivos do processo licitatório.

Sobre a sustentabilidade nos procedimentos de compras governamentais, analise os itens a seguir.

- I. A sustentabilidade nas contratações públicas se expressa exclusivamente na publicação dos instrumentos convocatórios.
- II. A busca da sustentabilidade nas compras governamentais deve considerar todo ciclo de vida de um produto na análise do seu custo, podendo também ser indutora de novos mercados para produtos sustentáveis.
- III. A prática de compras governamentais compartilhadas pode estimular ganhos de escala que viabilizem a contratação de produtos sustentáveis, reforçando a importância de que a sustentabilidade das contratações seja perseguida desde o seu planejamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

54

A diretoria de governança de uma autarquia federal está desenvolvendo um sistema de combate à corrupção e fraude, a partir das boas práticas apresentadas nos guias e referenciais do TCU. A equipe tem priorizado uma sistemática formal de divulgação de relatórios que tratem de casos de fraude e corrupção identificados e que sejam orientados para destinatários apropriados, de modo a preservar a integridade das evidências obtidas, garantir a confidencialidade dos dados e evitar a exposição e fragilização de auditores, investigadores e investigados.

Entende-se que a equipe está desenvolvendo a noção de

- (A) auditoria e apuração interna.
- (B) gestão de canal de denúncia.
- (C) controles reativos de detecção.
- (D) prevenção de ilícitos éticos.
- (E) termo circunstanciado administrativo.

## Auditoria

55

Ao determinar o tamanho da amostra para os testes de detalhes, o auditor pode levar em consideração alguns fatores que influenciam na escolha do tamanho da amostra.

Nesse contexto, analise os fatores a seguir.

- I. Aumento na avaliação do risco de distorção relevante do auditor.
- II. Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação.
- III. Aumento no valor da distorção que o auditor espera encontrar na população.
- IV. Quantidade de unidades de amostragem na população.

De acordo com a NBC TA 530, assinale a opção que indica os fatores que têm como efeito um aumento no tamanho da amostra.

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

56

Durante um trabalho de auditoria financeira, ao analisar a conta de despesa com manutenção de equipamentos industriais, o auditor observou que o valor com a aquisição de uma máquina embaladora havia sido debitado nessa conta.

Nessa situação, são aplicáveis

- (A) um teste principal de ativo para superavaliação e um teste secundário de despesa para subavaliação.
- (B) um teste principal de despesa para superavaliação e um teste secundário de ativo para subavaliação.
- (C) um teste secundário de ativo para superavaliação e um teste principal de despesa para subavaliação.
- (D) um teste secundário de despesa para subavaliação e um teste principal de ativo para superavaliação.
- (E) um teste secundário de despesa para superavaliação e um teste principal de ativo para subavaliação.

**57**

No decorrer da realização de um trabalho de auditoria, um auditor estava analisando o saldo de contas a receber da entidade auditada.

Diante da necessidade de confirmar a existência de um débito com um devedor, o auditor deve

- (A) aplicar procedimentos de conciliação bancária com contas a receber.
- (B) examinar evidências internas da firma.
- (C) examinar os registros contábeis e a documentação hábil.
- (D) realizar procedimentos analíticos nos saldos de contas a receber e de créditos de liquidação duvidosa.
- (E) solicitar confirmação positiva para obter evidência de melhor qualidade.

**58**

Os passivos fictícios são associados à falta de escrituração de pagamentos efetuados e admitem a presunção de omissão de receitas.

Uma maneira de identificar esse artifício é

- (A) aplicar testes para subavaliação de passivos e contas a receber.
- (B) buscar evidências a partir de procedimentos de indagação escrita.
- (C) comparar o saldo da conta fornecedores, existente na data do balanço, com as duplicatas representativas deste saldo.
- (D) examinar a documentação de suporte aos registros contábeis relativos ao período coberto pelas demonstrações contábeis.
- (E) realizar conciliação bancária conjuntamente com a razão analítica do passivo.

**59**

Um auditor estava elaborando o planejamento de um trabalho de auditoria do ativo imobilizado. A análise do relatório de auditoria do ano anterior indicou a necessidade de analisar esse grupo do ativo. Por isso, nesse trabalho, um dos objetivos foi verificar se a despesa de depreciação do ativo imobilizado fora corretamente registrada e feita em uma base consistente.

Um procedimento substantivo que pode ser aplicado para atingir esse objetivo é

- (A) analisar a documentação de aquisição de itens registrados no imobilizado.
- (B) aplicar testes de existência e propriedade dos ativos adquiridos no exercício de referência.
- (C) examinar as normas e as políticas da entidade para controle de ativos.
- (D) realizar testes preditivos da despesa de depreciação no período de referência.
- (E) examinar os registros de perdas por redução ao valor recuperável ocorridas no período.

**60**

Uma equipe de auditoria foi designada para um trabalho em uma sociedade empresária fabricante de equipamentos eletrodomésticos. Um dos auditores ficou responsável por apresentar uma minuta de planejamento de procedimentos para auditoria dos estoques de produtos acabados. O objetivo era gerar evidências quanto à integridade dos custos de produção alocados no período em análise.

O auditor indicou na minuta os seguintes procedimentos substantivos:

- I. Procedimentos analíticos.
- II. Inspeção física dos estoques de produtos acabados.
- III. Circularização junto a fornecedores de matérias-primas.
- IV. Teste de corte (*cutoff*) do custo de produtos acabados.

Os procedimentos adequados ao referido objetivo de auditoria são apenas

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

**61**

Como parte das atividades de planejamento de um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis orientadas pela NBC TA 300 (R1), o auditor deve planejar a natureza, a época e a extensão do direcionamento e supervisão da equipe de trabalho e a revisão do seu trabalho.

O planejamento desses elementos

- (A) deve ser considerado inclusive quando a auditoria é realizada integralmente pelo sócio do trabalho.
- (B) é indiferente ao porte e à complexidade da entidade.
- (C) independe da área em que o trabalho de auditoria é realizado.
- (D) tem extensão inversa ao nível de risco de distorções relevantes.
- (E) varia conforme a capacidade e a competência dos membros individuais da equipe que realiza o trabalho.

**62**

Um elemento importante nos trabalhos de auditoria, que inclusive afeta o planejamento e a extensão dos procedimentos de auditoria é o risco de distorção relevante.

De acordo com a NBC TA 315 (R2), esse tipo de risco precisa ser adequadamente identificado e avaliado nos trabalhos de auditoria e

- (A) depende majoritariamente do risco de controle.
- (B) deve ser identificado antes da realização dos testes dos controles internos.
- (C) inclui tanto aqueles causados por erro como aqueles causados por fraude.
- (D) não deve ser influenciado pelo entendimento do auditor sobre o ambiente em que a entidade opera.
- (E) requer um maior ceticismo profissional no início do trabalho de auditoria em uma entidade.

## Contabilidade Geral e Pública

63

Uma entidade que trabalha com auditoria contábil adquiriu, em 01/01/X1, por R\$700.000 à vista, um imóvel para ser utilizado como sede. A vida útil do imóvel era estimada em 25 anos e não era considerado valor residual. Além disso, a entidade depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em 31/12/X3, o imóvel foi colocado para à venda. Na data, o ativo estava disponível para venda imediata e o nível hierárquico de gestão estava comprometido com o plano de venda do ativo, tendo iniciado um programa para localizar um comprador. Além disso, o valor justo do imóvel, líquido das despesas de venda, foi avaliado em R\$720.000.

Em 31/12/X4, o imóvel foi vendido por R\$750.000 à vista.

Assinale a opção que indica o resultado obtido com venda do imóvel, contabilizado na Demonstração do Resultado do Exercício da entidade em 31/12/X4.

- (A) R\$30.000.
- (B) R\$50.000.
- (C) R\$62.727.
- (D) R\$134.000.
- (E) R\$162.000.

64

Uma sociedade empresária efetuou a captação de debêntures de longo prazo no mercado financeiro, com prêmio.

No ano de X1, foi efetuado o pagamento dos juros e realizada a amortização periódica do prêmio recebido.

Assinale a opção que indica a apresentação do efeito da apropriação do prêmio das debêntures na estrutura de grupos da Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária em 31/12/X1.

- (A) Despesa Financeira.
- (B) Receita Financeira.
- (C) Outras receitas Operacionais.
- (D) Retificação da Receita Financeira.
- (E) Prêmios na emissão de debêntures a apropriar.

65

Uma entidade do setor público possui participação permanente em outra entidade. A participação é avaliada de acordo com o custo de aquisição.

A entidade investidora deve reconhecer o rendimento relacionado à entidade investida quando

- (A) receber as distribuições de lucros, apenas.
- (B) a entidade investida reconhecer lucro, apenas.
- (C) as duas entidades realizarem operações entre si, apenas.
- (D) a entidade investida reconhecer lucro ou prejuízo, apenas.
- (E) receber as distribuições de lucros e a entidade investida reconhecer lucro, apenas.

66

Uma entidade do setor público realizou transações em moeda estrangeira. Em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado

- (A) como atividade operacional.
- (B) como atividade de investimento.
- (C) como atividade de financiamento.
- (D) como caixa e equivalente de caixa.
- (E) separadamente dos fluxos de caixa das três atividades.

67

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo Circulante	45.000		
Caixa	45.000		
Ativo não Circulante			
Ativo Imobilizado	130.000	Patrimônio Líquido	
Móveis	100.000	Capital Social	175.000
Depreciação Acumulada	-8.000		
Computadores	40.000		
Depreciação Acumulada	-2.000		
Ativo Total	175.000	Passivo + PL	175.000

As vidas úteis estimadas dos móveis e dos computadores eram, respectivamente, de 10 anos e de 5 anos. A sociedade empresária depreciava os seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta e não considerava valor residual.

Em 31/12/X1, a sociedade empresária realizou um teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados.

No teste, ela constatou que os móveis apresentavam valor justo de R\$85.000, sendo que as despesas com a sua remoção eram estimadas em R\$12.000, e as despesas associadas à reorganização do negócio após à venda eram estimadas em R\$4.000. Por sua vez, o valor em uso dos móveis era estimado em R\$70.000.

Por sua vez, os computadores apresentavam valor justo de R\$32.000, sendo que os gastos diretos incrementais para deixá-los em condição de venda eram de R\$5.000. O valor em uso dos computadores era estimado em R\$28.000.

Assinale a opção que indica os valores contabilizados como perda por desvalorização dos móveis e dos computadores, respectivamente.

- (A) zero e zero.
- (B) R\$9.000 e R\$2.000.
- (C) R\$9.000 e R\$3.000.
- (D) zero e R\$3.000.
- (E) R\$13.000 e R\$2.000.

68

Uma entidade que presta serviços de consultoria contabilizou as seguintes transações no ano de X0:

Receita de serviços:	R\$500.000
Receita com a venda de ativo imobilizado:	R\$80.000
Receita com aluguel de imóvel a terceiros:	R\$15.000
Receita com variação cambial ativa:	R\$14.000
Receita com direito de franquia:	R\$6.000
Custo dos serviços prestados:	R\$160.000
Custo do ativo imobilizado vendido:	R\$60.000
Despesa de salários de funcionários administrativos:	R\$50.000
Despesa com serviços de contabilidade terceirizada:	R\$30.000
Despesa com assistência médica a funcionários:	R\$25.000
Despesa com alimentação de funcionários:	R\$42.000
Despesa de depreciação dos ativos imobilizados usados para a prestação dos serviços:	R\$18.000
Despesa com aluguel da sede da empresa:	R\$36.000
Despesa com juros:	R\$12.000
Incidência de 34% do lucro líquido a título de imposto de renda e contribuição social	
Distribuição de 30% do lucro após o imposto de renda e contribuição social aos acionistas	

Todas as receitas são tributáveis, e as despesas, dedutíveis. Além disso, a constituição da reserva legal não foi necessária.

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da entidade, analise as afirmações a seguir.

- I. Valor adicionado recebido em transferência: R\$21.000.
- II. Valor adicionado a distribuir a pessoal: R\$75.000.
- III. Valor adicionado a distribuir a impostos, taxas e contribuições: R\$61.880.
- IV. Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais próprios: R\$36.036.
- V. Valor adicionado a distribuir a remuneração de capitais de terceiros: R\$48.000.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) III e V, apenas.
- (D) I, III e V, apenas.
- (E) II, IV e V, apenas.

69

Uma entidade vende canetas personalizadas. Em 01/01/X0, não havia estoque.

Em 02/01/X0, ela adquiriu 500 unidades de canetas para personalização e venda por R\$6.000, para pagamento em 3 meses. Se as canetas tivessem sido adquiridas à vista, o custo unitário seria de R\$10,00.

Na data da aquisição, a entidade incorreu em gastos com frete e seguro, respectivamente, de R\$800 e R\$700. Para a personalização das 500 canetas são gastos R\$1.000 em material. Além disso, é utilizada uma máquina que foi adquirida por R\$10.000 e tem capacidade estimada em 5.000 canetas. A máquina é depreciada de acordo com o método dos benefícios gerados e a entidade não considera valor residual. Ainda, os gastos com o armazenamento das 500 canetas prontas eram de R\$1.500. Após prontas, 50 canetas foram descartadas, por estarem com qualidade inferior ao esperado.

Em 31/01/X0, as canetas foram colocadas à venda por R\$20,00. A entidade destina aos vendedores uma comissão de 10% sobre o preço de venda.

Assinale a opção que indica o valor contabilizado como estoque em 31/01/X0.

- (A) R\$5.850.
- (B) R\$6.750.
- (C) R\$7.650.
- (D) R\$8.100.
- (E) R\$9.000.

70

De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas.

Assinale a opção que, de um modo geral, indica quando a generalização sobre a confiabilidade da evidência pode ser feita.

- (A) A evidência é mais confiável quando é obtida por meio de fontes internas às partes apropriadas.
- (B) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.
- (C) A evidência gerada pela representação verbal do que foi debatido é mais confiável do que a evidência em papel.
- (D) A evidência obtida indiretamente por dedução é mais confiável do que a evidência obtida diretamente pelo auditor independente.
- (E) A evidência gerada por auditor independente que realiza o trabalho pela primeira vez é mais confiável do que a evidência gerada por auditor independente antigo.

## Fluência de Dados

71

No contexto dos algoritmos utilizados em análise de dados, considere os passos a seguir:

1. recebe os dados de treinamento como entrada, que incluem atributos e categorias;
2. calcula a probabilidade de cada categoria ocorrer com base na quantidade de exemplos de cada categoria no conjunto de dados;
3. calcula a probabilidade condicional para cada atributo, ou seja, a probabilidade de um atributo dada uma categoria;
4. para uma nova entrada, calcula a probabilidade de cada categoria dada a entrada;
5. seleciona a categoria com a maior probabilidade condicional como a previsão para a nova entrada;
6. repete os passos 4 e 5 para todas as entradas desconhecidas.

Assinale o algoritmo que é implementado nos passos acima.

- (A) Regressão Logística.
- (B) Naive Bayes.
- (C) K-Means.
- (D) Random Forest.
- (E) Regressão Linear.

72

Luiz, médico dermatologista, criou um modelo de IA para auxiliar na detecção de câncer de pele com visão computacional. Como um modelo de classificação binária, ele terá 4 possíveis saídas: verdadeiro positivo (paciente com câncer, detectado corretamente), verdadeiro negativo (paciente sem câncer, detectado corretamente), falso positivo (paciente sem câncer, detectado incorretamente) e falso negativo (paciente com câncer, não detectado pelo modelo).

Levando em consideração que um modelo de IA seria utilizado como uma ferramenta de auxílio ao diagnóstico de câncer de pele, os erros de "tipo 1" (falso positivo) seriam tolerados, já que haveria uma análise posterior realizada por um médico especialista. No entanto, os erros "tipo 2" (falso negativo) seriam os mais críticos, uma vez que podem resultar em um diagnóstico tardio ou falho, comprometendo a saúde do paciente.

Tomando o cenário como base, julgue os itens a seguir:

- I. A métrica mais importante nesse caso seria a Sensibilidade (Recall ou Revocação);
- II. A métrica mais importante nesse caso seria a Precisão (Precision);
- III. Ao ajustar o modelo para minimizar erros de "tipo 2", geralmente os erros de "tipo 1" tendem a aumentar;
- IV. Luiz deveria submeter seu modelo a um treinamento mais longo, independentemente do *overfitting*.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

73

*Responsible AI* (IA Responsável) e *Explainable AI* (IA Explicável) são conceitos importantes no desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial. A IA Explicável refere-se à capacidade de explicar como uma decisão foi tomada pelo modelo de IA, permitindo que os usuários entendam o processo de tomada de decisão. Já a IA Responsável envolve garantir que a IA seja desenvolvida e implementada de forma ética e legalmente responsável.

Nesse contexto, sobre *Responsible AI*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A *Responsible AI* envolve garantir que a IA seja desenvolvida e implementada de forma ética e legalmente responsável.
- (B) A *Responsible AI* considera as implicações sociais e os potenciais efeitos negativos que o sistema pode ter sobre as pessoas.
- (C) A *Responsible AI* é sinônimo de IA Explicável, pois ambas se referem à tomada de decisões éticas e transparentes.
- (D) Uma IA pode ser responsável, mas ainda ser opaca e não explicável, tornando difícil para os usuários entenderem como as decisões são tomadas.
- (E) A *Responsible AI* leva em consideração o ciclo de vida da IA, desde a concepção até a desativação, e sua responsabilidade ética em cada fase.

74

As principais plataformas de computação em nuvem, como Amazon Web Services (AWS), Microsoft Azure e Google Cloud Platform (GCP), oferecem soluções de *Big Data* para ajudar as empresas a coletar, armazenar, processar e analisar grandes quantidades de dados.

As opções a seguir apresentam conjuntos de serviços que estão diretamente relacionados a soluções de *Big Data* oferecidas pelas plataformas de computação em nuvem elencadas acima, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Armazenamento de dados: AWS S3, Azure Blob Storage e Google Cloud Storage.
- (B) Processamento de dados: AWS EMR, Azure HDInsight e Google Cloud DataProc.
- (C) Análise de Dados: AWS Athena, Azure Data Lake Analytics e Google BigQuery.
- (D) Streaming de Dados: AWS Kinesis, Azure Stream Analytics e Google Cloud Pub/Sub.
- (E) Aplicações: AWS Elastic Beanstalk, Azure App Service e Google App Engine.

75

Em relação ao processamento de linguagem natural (PLN), analise as afirmativas a seguir.

- I. O PLN envolve a compreensão e a geração de linguagem natural humana.
- II. A tarefa principal do PLN é traduzir textos de uma língua para outra.
- III. O PLN não é utilizado para tarefas de processamento de voz.
- IV. O PLN é aplicado em sistemas de recuperação de informações e assistentes virtuais.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

76

No contexto da linguagem R, assinale o código que, quando executado, exibe o resultado a seguir.

"manga" "banana" "laranja"

```
(A) def search_string as function (lista, palavra){
      return(list of[grep(palavra, lista)])
    }
    palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"]
    search_string(palavras, "n")
```

```
(B) search_string <- function(lista:list, palavra:string){
      return(list of[grep(palavra, lista)])
    }
    palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"]
    search_string(palavras, "n")
```

```
(C) search_string <- function(lista, palavra){
      return(lista[grep(palavra, lista)])
    }
    palavras <- ["manga", "banana", "pera", "laranja"]
    search_string(palavras, "n")
```

```
(D) search_string <- function(lista, palavra){
      return(lista[grep(palavra, lista)])
    }
    palavras <- c("manga", "banana", "pera", "laranja")
    search_string(palavras, "n")
```

```
(E) def search_string as function(lista, palavra){
      return(list of[grep(palavra, lista)])
    }
    palavras <- a("manga", "banana", "pera", "laranja")
    search_string(palavras, "n")
```

77

Num banco de dados relacional, considere a tabela *Vencedores*, cuja instância é exibida a seguir, com duas colunas, *Tenista* e *Torneio*, que representam alguns torneios que já foram vencidos por alguns tenistas.

Tenista	Torneio
Roger Federer	Australian Open
Roger Federer	Roland Garros
Roger Federer	Wimbledon
Roger Federer	US Open
Pete Sampras	US Open
Pete Sampras	Wimbledon
Pete Sampras	Australian Open
Bjorn Borg	Roland Garros
Bjorn Borg	Wimbledon

Maria precisa escrever um comando SQL que liste os tenistas que venceram todos os torneios mencionados na coluna *Torneio*. O comando deve valer para qualquer instância válida da tabela, que pode conter diferentes tenistas e diferentes torneios.

Assinale o comando que Maria deve usar.

```
(A) select distinct Tenista from Vencedores v1
     where v1.Torneio in (select Torneio from Vencedores)
```

```
(B) select distinct Tenista from Vencedores v1
     where exists(
       select * from Vencedores v2
       where v1.Torneio = v1.Torneio
       and v1.Tenista = v2.Tenista
       and v1 <> v2))
```

```
(C) select distinct Tenista from Vencedores v1
     where exists (
       select * from Vencedores v2
       where v1.Torneio = v1.Torneio
       and v1.Tenista <> v2.Tenista )
```

```
(D) select distinct Tenista from Vencedores v1
     where for all (
       select * from Vencedores v2
       where exists (
         select * from Vencedores v3
         where v1.Tenista = v2.Tenista))
```

```
(E) select distinct Tenista from Vencedores v1
     where not exists(
       select * from Vencedores v2
       where not exists (
         select * from Vencedores v3
         where v2.Torneio = v3.Torneio
         and v1.Tenista = v3.Tenista))
```

**78**

Analise o código Python a seguir.

```
class enigma:
    def __iter__(self):
        self.x = 128
        return self

    def __next__(self):
        y = self.x
        z = lambda a : a - int(a/2)
        self.x = z(self.x)
        return y

coisa = enigma()
xpto = iter(coisa)

for k in range(5):
    print(next(xpto))
```

Assinale o quarto número exibido na execução desse código.

- (A) 4
- (B) 8
- (C) 16
- (D) 32
- (E) 64

**79**

No âmbito de bancos dados, especialmente NoSQL, o Teorema CAP sustenta que há três requerimentos básicos que existem numa relação especial quando se projeta uma aplicação com uma arquitetura distribuída. Basicamente, respalda a tese de que não se pode obter os três simultaneamente.

Esses três requerimentos são

- (A) Consistency, Atomic transactions e Partition.
- (B) Concurrency Partition, Availability e Tolerance.
- (C) Consistency, Availability e Partition Tolerance.
- (D) Consistency, Atomic transactions e Persistency.
- (E) Caching, Availability e Persistency.

**80**

Os principais Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados oferecem total suporte à linguagem SQL; um aspecto importante da implementação do SQL é o tratamento para valores nulos, quando a lógica admite três estados.

T – *true*

F – *false*

? – *unknown*

Nesse contexto, considere as expressões lógicas a seguir.

- I. (T OR F) AND (? OR T)
- II. T AND ((? OR F) OR ?)
- III. NOT (? AND (? AND ?))

Com relação às expressões acima, está correto afirmar que o valor final é *unknown* (?) em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Realização



## AUDITOR-FISCAL

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

## Módulo II - Conhecimentos Específicos

### Direito Administrativo

1

João e Maria são servidores públicos de diferentes entes federativos e respondem, de forma autônoma e por fatos distintos, a processos administrativos disciplinares (PAD's), instaurados no mês passado, para apurar a prática, em tese, de falta funcional. Na semana passada, ambos os servidores requereram suas aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição. A Administração Pública de cada ente não analisou seus pedidos, suspendendo os correlatos processos administrativos de aposentação, no aguardo da decisão do PAD.

João é Auditor-Fiscal da Receita Federal e seu PAD apura a prática, em tese, de falta funcional punível com a sanção de suspensão. Por sua vez, Maria é Auditora da Receita do Estado Alfa e seu PAD investiga a prática, em tese, de falta funcional punível com a sanção de demissão. Sabe-se que inexistente dispositivo na legislação do Estado Alfa dispondo sobre a possibilidade de aposentadoria voluntária no curso de PAD.

Inconformados, ambos os servidores públicos, que estão afastados cautelarmente do exercício da função, impetraram mandados de segurança, entendendo possuir direito líquido e certo à imediata apreciação de seus pedidos de aposentadoria.

Consoante o texto da Lei nº 8.112/90 e a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

- (A) assiste razão a João, pois a Lei nº 8.112/90 veda aposentadoria voluntária apenas ao servidor que responde a PAD que apure falta punível com pena de demissão; não assiste razão a Maria, pois se lhe aplica, por analogia, a Lei nº 8.112/90.
- (B) assiste razão a ambos os servidores: a João, pois a Lei nº 8.112/90 veda aposentadoria voluntária apenas ao servidor que responde a PAD que apure falta punível com pena de demissão; a Maria, pois não se lhe aplica, por analogia, a Lei nº 8.112/90, pelo princípio da presunção de inocência.
- (C) não assiste razão a ambos os servidores: a João, pois a Lei nº 8.112/90 indica que só pode ser aposentado após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade acaso aplicada; a Maria, pois é possível que a lacuna na legislação estadual seja suprida com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90.
- (D) não assiste razão a João, pois a Lei nº 8.112/90 indica que só pode ser aposentado após a conclusão do processo, caso o PAD seja arquivado sem aplicação de sanção; assiste razão a Maria, pois não é possível aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90, por ofensa ao princípio da legalidade.
- (E) não assiste razão a João, pois a Lei nº 8.112/90 indica que só pode ser aposentado após a conclusão do PAD, independentemente do cumprimento da penalidade acaso aplicada; assiste razão a Maria, pois não é possível aplicação de analogia *in malam partem* em matéria de direito sancionador.

2

A Lei de Improbidade Administrativa (LIA) foi substancialmente alterada pela Lei nº 14.230/21. Desta forma, diante da Reforma de 2021 da LIA, em matéria de sanções pela prática de ato de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- (A) as sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade, exceto quando concluírem pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.
- (B) as sanções eventualmente aplicadas em outras esferas deverão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da LIA.
- (C) os atos do órgão de controle interno ou externo não poderão ser considerados pelo juiz quando tiverem servido de fundamento para a conduta do agente público.
- (D) a aplicação das sanções previstas na LIA dependerá da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- (E) a aplicação das sanções previstas na LIA independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, no que tange às condutas previstas nos artigos 9º, 10º e 11º da citada Lei.

3

Marcelo, candidato que está prestando concurso público para o cargo de técnico administrativo da Autarquia Federal Alfa, requereu ao Presidente dessa autarquia que informasse quantos ocupantes do cargo efetivo de técnico administrativo foram nomeados e quantos deixaram o cargo nos três últimos anos. A autoridade respondeu que não poderia fornecer tais informações, porque elas seriam sigilosas, haja vista que estariam inseridas na autonomia administrativa da autarquia.

À luz do texto constitucional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a postura da Autarquia Federal Alfa está

- (A) incorreta, porque se aplica o princípio da publicidade da Administração Pública, de maneira que todos os atos e informações sobre a Administração Pública, em qualquer hipótese, devem ser objeto de publicidade, sendo incabível qualquer imposição de sigilo.
- (B) correta, pois se presume que a manutenção do sigilo de informações sobre pessoal dos órgãos e entes da Administração Pública é útil à segurança da sociedade e do Estado, razão pela qual deve o cidadão comprovar sua capacidade técnica de manter as informações sob sigilo.
- (C) incorreta, pois se aplica o princípio da publicidade da Administração Pública, de maneira que, no regime de transparência brasileiro, vige o princípio da máxima divulgação sendo que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção, sem subterfúgios, anacronismos jurídicos ou meias-medidas.
- (D) correta, porque informações sobre recursos humanos de órgãos e entes da Administração Pública são classificadas como informações de planejamento estratégico e, por isso, estão cobertas pelo sigilo organizacional próprio desses órgãos e entes.
- (E) correta, porque as informações podem ser direcionadas para uma utilização que comprometa os serviços prestados pela autarquia, que detém legitimamente competência para decidir sobre a necessidade de sigilo, desde que não ultrapasse o prazo máximo previsto na Constituição Federal de 1988.

4

O Estado Beta, em caso de comprovado iminente perigo público, consistente em alagamento decorrente de fortes e extraordinárias chuvas, por meio de sua autoridade competente, pretende fazer uso da requisição administrativa de bem imóvel da União, assegurando-lhe indenização ulterior, se houver dano.

Com base no texto constitucional e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a pretensão do Estado Beta é

- (A) viável, diante da narrada situação de emergência pública, mas a indenização deve ser prévia, mediante acordo com a União ou depósito judicial.
- (B) viável, diante da narrada situação de emergência pública, desde que haja prévia decisão judicial e depósito em juízo do valor inicialmente estimado para indenização, diante da determinação constitucional de reserva de jurisdição.
- (C) inviável, pois ofende o princípio federativo a requisição de bens de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa e estado de sítio.
- (D) viável, diante da narrada situação de emergência pública, mas a indenização ulterior deve ocorrer independentemente de haver dano ao imóvel e deve ser calculada com base no tempo de utilização do bem da União.
- (E) inviável, pois, no tocante aos entes federativos, suas relações se caracterizam pela cooperação e pela horizontalidade, não se admitindo a ente federativo requisitar bem pertencente a outro, sob pena de ferimento da autonomia desse ente e, conseqüentemente, ofensa ao pacto federativo, mas é possível no caso a requisição administração de serviço público, desde que demonstrada situação de perigo público iminente.

5

A nova lei de licitações estabelece que licitação internacional é aquela processada em território nacional, na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro. Como se sabe, nas licitações de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

Neste contexto, em matéria de licitações internacionais, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) os gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de estimativas ou médias dos tributos.
- (B) o edital não admitirá qualquer previsão de margem de preferência para bens produzidos no País e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.
- (C) o pagamento feito ao licitante brasileiro contratado em virtude de licitação internacional será efetuado em dólar.
- (D) o edital poderá prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro.
- (E) quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro não poderá fazê-lo, pois os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

6

A concessionária Gama, após sagrar-se vencedora em licitação, assinou contrato de concessão para prestação do serviço público de manutenção, recuperação e melhoria de determinada rodovia do poder concedente Delta. A autarquia municipal Ômega, que presta os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, necessita realizar obra para implantação de rede coletora de esgoto, que passaria pela faixa de domínio na citada rodovia, de maneira a levar saneamento básico à área onde se situa importante Universidade pública do ente Delta. No entanto, a concessionária Gama está exigindo que a autarquia Ômega pague certo valor a título de preço público, pela ocupação temporária das faixas laterais da rodovia.

No caso em tela, em matéria de serviços públicos e bens públicos, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a cobrança promovida pela concessionária de rodovia, em face de autarquia prestadora de serviços de saneamento básico, pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida é

- (A) devida, porque, no atendimento às peculiaridades do serviço público, pode a concessionária Gama incluir outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.
- (B) devida, porque, no atendimento às peculiaridades do serviço público, pode a concessionária Gama exigir a cobrança de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão.
- (C) devida, porque, para assegurar a prestação do serviço público adequado, pode a concessionária Gama exigir dos usuários, incluindo outros concessionários, a cobrança de remuneração módica da faixa de domínio da rodovia a ser ocupada, observados os princípios da proporcionalidade e da eficiência.
- (D) indevida, pois, apesar de o bem cedido à concessionária Gama ser classificado como bem público de uso especial, a rodovia permanece afetada à destinação pública, razão pela qual se afigura ilegítimo exigir remuneração da autarquia Ômega pela sua utilização, devendo o valor ser repassado de forma difusa a todos os usuários do serviço, observado o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- (E) indevida, pois, embora cedido à concessionária Gama, o bem público de uso comum do povo não se desnatura, permanecendo afetado à destinação pública, motivo pelo qual se afigura ilegítimo exigir remuneração pela sua utilização, quando voltada a viabilizar a execução de serviço público de saneamento básico prestado pela autarquia Ômega.

7

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê que, para a expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, serão exigidos alguns documentos, como o comprovante de quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em especial em matéria de ato administrativo e poderes administrativos, bem como com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal, a norma do CTB acima reproduzida é

- (A) inconstitucional, por violação ao princípio da intranscendência subjetiva das sanções, razão pela qual é imprescindível prévio processo administrativo para oportunizar ao administrado o direito de impugnar a autoria da multa de trânsito, com vistas ao regular exercício do poder disciplinar.
- (B) inconstitucional, por violação ao atributo do ato administrativo da autoexecutoriedade, pois o Estado não pode adotar sanções políticas, que se caracterizam pela utilização de meios de coerção indireta.
- (C) inconstitucional, por violação ao atributo do ato administrativo da exigibilidade, pois o Estado não pode adotar sanções administrativas, que se caracterizam pela utilização de meios de coerção direta que impeçam ou dificultem o direito de propriedade.
- (D) constitucional, pois não constitui coação política com o propósito de arrecadar o que é devido, mas trata de exigência relacionada com a fiscalização da circulação dos veículos automotores, matéria afeta ao poder de polícia.
- (E) constitucional, pois, apesar de constituir coação política com o propósito de arrecadar o que é devido, trata de exigência relacionada com a fiscalização da circulação dos veículos automotores, matéria afeta ao poder disciplinar.

8

Em tema de alocação de riscos em contratos administrativos, a nova Lei de Licitações e Contratos estabelece que o contrato poderá identificar os riscos contratuais previstos e presumíveis e prever matriz de alocação de riscos, alocando-os entre contratante e contratado, mediante indicação daqueles a serem assumidos pelo setor público ou pelo setor privado ou daqueles a serem compartilhados.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro,

- (A) desde que observada a vedação de que os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras sejam transferidos ao contratado.
- (B) observando-se, na alocação de riscos, a necessária obrigação legal de adoção de métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas e, ao tratar de riscos relacionados à arrecadação tributária, a prévia manifestação da Receita Federal.
- (C) uma vez que a alocação de riscos deve considerar, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos às partes no contrato, a natureza do risco, mas não o beneficiário das prestações a que se vincula e a capacidade de cada setor para melhor gerenciá-lo, para se evitar vantagem excessiva a uma dessas partes do contrato.
- (D) renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses indicadas na lei, e ao aumento ou à redução, por legislação superveniente, dos tributos diretamente pagos pelo contratado em decorrência do contrato.
- (E) quando, na alocação de riscos, for observada a obrigatoriedade legal de adoção de métodos e padrões usualmente utilizados por entidades públicas, mas não por privadas, e os ministérios e secretarias supervisores dos órgãos e das entidades da Administração Pública definirem os parâmetros e o detalhamento dos procedimentos necessários a sua identificação, alocação e quantificação financeira, mediante autorização do Tribunal de Contas.

## Direito Constitucional

9

O Prefeito do Município Alfa decidiu iniciar estudos para a promoção de uma ampla reestruturação administrativa no âmbito do Poder Executivo.

Entre as medidas cogitadas, estavam as seguintes:

1. unificação, na mesma carreira jurídica, dos cargos de consultor, competente para a orientação jurídica interna e que corresponderia à classe inicial, e de procurador, competente para a orientação jurídica interna e a representação externa, e que corresponderia à classe subsequente, com a aplicação imediata dessa sistemática aos atuais ocupantes dos cargos;
2. nas carreiras existentes no âmbito do funcionalismo público municipal, a movimentação da classe inferior para a classe superior seria feita por progressão funcional, conforme critérios de merecimento e antiguidade, e o servidor teria o seu cargo alterado ao ascender à classe superior;
3. os servidores aprovados em concurso público que exigia a formação de nível médio, cujos cargos venham a ser extintos, podem ser aproveitados em cargos que exijam nível superior, desde que preencham esse requisito.

A assessoria do Prefeito do Município Alfa, ao se manifestar sobre a compatibilidade dessas propostas com a Constituição da República, concluiu corretamente que

- (A) apenas as propostas 2 e 3 são inconstitucionais.
- (B) apenas as propostas 1 e 3 são inconstitucionais.
- (C) todas as propostas são inconstitucionais.
- (D) apenas a proposta 1 é inconstitucional.
- (E) apenas a proposta 2 é inconstitucional.

10

Com o objetivo de aperfeiçoar o sistema de controle externo no âmbito do Estado Alfa, a Assembleia Legislativa promulgou emenda constitucional dispondo sobre situações específicas em que ocorreria a sua fiscalização sobre atos do Poder Executivo.

Essas situações abrangem:

1. a necessidade de autorização prévia da Assembleia Legislativa para a celebração de convênios pelo Poder Executivo;
2. a previsão de recurso hierárquico, direcionado ao Poder Legislativo, para as decisões de indeferimento de licença ambiental pelo Poder Executivo; e
3. a possibilidade de o Poder Legislativo suspender a eficácia dos regulamentos do Poder Executivo, sem prévia decisão do Poder Judiciário, que contrariem a lei.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, em relação às três situações descritas na emenda constitucional, que

- (A) apenas as situações 2 e 3 são inconstitucionais.
- (B) apenas as situações 1 e 2 são inconstitucionais.
- (C) apenas a situação 3 é inconstitucional.
- (D) apenas a situação 1 é inconstitucional.
- (E) as três situações são inconstitucionais.

11

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo da União, almejava concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições municipais.

Antes, porém, buscou se inteirar dos efeitos que a posse no cargo eletivo municipal acarretaria em relação ao seu cargo efetivo, tendo concluído corretamente que, em se tratando de cargo eletivo do

- (A) Poder Executivo municipal, não será afastada do cargo efetivo e continuará a receber a remuneração correspondente a este último.
- (B) Poder Executivo municipal, será afastada do cargo efetivo e não poderá optar pela remuneração correspondente a este último.
- (C) Poder Legislativo municipal, será afastada do cargo efetivo, não podendo optar pela remuneração correspondente a este último.
- (D) Poder Legislativo municipal, será sempre afastada do cargo efetivo, mas pode optar pela remuneração correspondente a este último.
- (E) Poder Executivo ou do Poder Legislativo municipal, neste último caso se não houver compatibilidade de horários, será afastada do cargo efetivo, mas pode optar pela remuneração.

12

A República Federativa do Brasil celebrou três tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. O primeiro deles foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. O segundo foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros. O terceiro, por sua vez, foi aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto da maioria simples dos respectivos membros.

João, estudante de direito, constatou que os três tratados internacionais colidiam materialmente com o Art. X da Constituição da República, que dispõe sobre a organização de um colegiado do Poder Executivo, e com o Art. Y da Lei federal nº 123, que integrou a eficácia de um direito fundamental. A partir dessa constatação, questionou o seu professor a respeito dos efeitos da incorporação desses tratados à ordem interna.

O professor respondeu corretamente que, com a sua incorporação à ordem interna,

- (A) apenas o primeiro e o segundo tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e o Art. Y da Lei nº 123.
- (B) os três tratados revogaram o Art. X da Constituição da República e não receberam o Art. Y da Lei nº 123.
- (C) apenas o primeiro tratado revogou o Art. X da Constituição da República, mas não recebeu o Art. Y da Lei nº 123.
- (D) nenhum dos três tratados pode ser aplicado na ordem interna, já que colidem com o Art. X da Constituição da República.
- (E) os três tratados têm natureza infraconstitucional, mas supralegal, de modo que não afetaram a eficácia do Art. X da Constituição da República e revogaram o Art. Y da Lei nº 123.

**13**

A partir de proposta elaborada unilateralmente por técnicos do Poder Executivo, o Governador do Estado Alfa tornou público o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro X e o encaminhou ao Poder Legislativo. O processo legislativo foi célere e dele resultou a LDO para o exercício financeiro X. O Poder Judiciário do Estado Alfa, que considerara baixos os limites estabelecidos na LDO, submeteu sua proposta orçamentária anual ao Governador do Estado, com observância desses limites. Este último agente, ao integralizar o projeto de lei orçamentária anual (PLOA), promoveu pequena redução na proposta do Poder Judiciário, o que, a seu ver, era necessário para preservar o equilíbrio orçamentário, considerando o elevado risco de não realização de parte da receita estimada para o exercício financeiro X.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que

- (A) foram praticadas duas irregularidades em relação ao Poder Judiciário, pois ele não participou, conjuntamente com as demais estruturas de poder, da definição dos limites estipulados na LDO, e a sua proposta, embora harmônica com a LDO, foi alterada pelo Poder Executivo ao encaminhá-la ao Legislativo.
- (B) não foi praticada irregularidade em relação ao Poder Judiciário, pois a LDO é de iniciativa privativa do Governador do Estado, somente havendo obrigação de ser ouvido o Poder Judiciário em relação ao PLOA, o que foi feito, cabendo ao Poder Executivo zelar pelo equilíbrio orçamentário.
- (C) foi praticada uma única irregularidade em relação ao Poder Judiciário, consistente no encaminhamento da PLOA, pelo Governador do Estado, abrangendo aquela estrutura, quando o correto seria a mera ciência, cabendo ao Poder Judiciário realizar tal encaminhamento.
- (D) foi praticada uma única irregularidade em relação ao Poder Judiciário, pois as alterações promovidas em sua proposta pelo Poder Executivo deveriam ter sido antecedidas de comunicação, somente sendo possível a alteração unilateral caso não houvesse correção.
- (E) foi praticada uma única irregularidade em relação ao Poder Judiciário, consistente na alteração da proposta pelo Poder Executivo, embora tenham sido observados os limites estabelecidos na LDO.

**14**

O Município Alfa editou a Lei nº X, autorizando a criação da sociedade de economia mista Beta, cuja maior parte do capital social pertenceria a Alfa e teria competência para prestar serviço público típico da edibilidade, em regime não concorrencial, podendo fiscalizar atividades privadas e aplicar sanções ao particular. Ato contínuo, Beta foi efetivamente criada pelo Poder Executivo de Alfa.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X é

- (A) inconstitucional, considerando que a Lei nº X não criou Beta, apenas autorizando a sua criação, o que significa dizer que o exercício do poder de polícia está sendo exercido por ente criado com observância das regras do direito empresarial.
- (B) constitucional, pois o poder de polícia é exercido por todos os entes da administração pública indireta, quer desempenhem atividades econômicas em sentido estrito, em regime concorrencial, quer prestem serviços públicos.
- (C) inconstitucional, pois o Município Alfa não pode transferir o exercício do poder de polícia a entes da administração pública indireta com personalidade jurídica de direito privado.
- (D) inconstitucional, pois as sociedades de economia mista somente podem desempenhar atividades econômicas em sentido estrito, mas não atuar na prestação de serviços públicos.
- (E) constitucional, pois a extensão a Beta de regras do regime de direito público mostra-se adequada em razão de suas características e da atividade que desempenha.

**15**

O Partido Político Alfa, que contava com representantes apenas na Câmara dos Deputados, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Medida Provisória nº X. No curso do processo de controle concentrado de constitucionalidade, a Medida Provisória nº X foi convertida, sem qualquer alteração de forma e conteúdo, na Lei nº Y. Apesar dessa conversão, o Partido Político Alfa não promoveu o aditamento da petição inicial, o que não configurou óbice a que o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciasse o mérito da causa.

À luz da sistemática afeta ao controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que a narrativa acima

- (A) não apresenta qualquer irregularidade.
- (B) apresenta irregularidade apenas em relação à legitimidade ativa para o ajuizamento da ADI, o que não poderia ter sido feito por Alfa.
- (C) apresenta irregularidade apenas em relação ao não aditamento da inicial, que deveria ter ocorrido, e ao julgamento pelo STF, que não deveria ser realizado.
- (D) apresenta irregularidade apenas em relação à apreciação do mérito pelo STF, pois, em se tratando de medida provisória, a análise deveria permanecer adstrita ao plano liminar.
- (E) apresenta irregularidade em relação ao objeto inicial, já que a medida provisória, em razão da precariedade da sua vigência, não pode ser impugnada por esse meio, e, de modo correlato, em relação aos desdobramentos subsequentes.

16

João, professor de direito constitucional, explicou aos seus alunos que os direitos fundamentais da pessoa humana, consagrados pela Constituição da República, são potencialmente colidentes com outros direitos, titularizados por pessoa diversa, ou com interesses de contornos difusos ou coletivos. Por fim, João questionou Pedro, seu aluno, a respeito da teoria sobre os direitos fundamentais que explica a forma como são individualizados e a sua influência na solução das colisões identificadas, considerando a explicação inicial.

Pedro respondeu corretamente que a explicação de João se ajusta à teoria

- (A) externa, segundo a qual o direito fundamental apresenta um conteúdo *prima facie*, que antecede a posição definitiva, somente delineada após a identificação das restrições que deve sofrer.
- (B) externa, segundo a qual a máxima de concordância prática entre os direitos fundamentais se torna efetiva quando, em caso de colisão, é identificado, entre os sentidos imanescentes de cada qual, o que deve preponderar.
- (C) interna, que encampa a dualidade existencial entre direito e restrição, apregoando a necessidade da ponderação de interesses para identificar a solução para a colisão entre direitos fundamentais em um caso concreto.
- (D) interna, segundo a qual o direito fundamental possui um sentido imanente, assumindo contornos provisórios até o surgimento da colisão a ser superada, momento em que serão consideradas as restrições que influirão no surgimento da posição definitiva.
- (E) interna, segundo a qual os direitos fundamentais ocupam posições definitivas, de modo que quaisquer restrições que lhes sejam impostas em caso de colisão devem ser argumentativamente justificadas com base na relevância do bem jurídico tutelado.

## Direito Previdenciário

17

Humberto, empresário do setor educacional, procura orientações de forma a regularizar seus recolhimentos previdenciários.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Humberto, por ser empresário, deve ser qualificado como contribuinte individual, efetuando recolhimentos mensais necessariamente sobre o limite máximo do salário-de-contribuição.
- (B) Humberto, por ser desprovido de vínculo empregatício, é caracterizado como segurado facultativo, o que lhe permite realizar recolhimentos sobre quaisquer valores entre os limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição.
- (C) Humberto é considerado trabalhador autônomo, na modalidade empresário, o que torna seu recolhimento previdenciário opcional, salvo se existir vinculação como microempreendedor individual – MEI.
- (D) Humberto, tendo em vista sua atividade remunerada, é qualificável como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e, a depender da forma de sua atuação, seus recolhimentos podem ser de responsabilidade da fonte pagadora.
- (E) Humberto é qualificável como trabalhador avulso, sendo os recolhimentos previdenciários encargo do próprio segurado, a ser realizado mensalmente, variando de acordo com a remuneração mensal obtida pela atividade profissional.

18

A sociedade empresária XPTO, empregadora de centenas de pessoas no setor têxtil, é autuada sob a alegação fiscal de enquadramento e recolhimento equivocado de contribuição previdenciária para fins de financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

Em relação ao cenário hipotético narrado, é correto afirmar que

- (A) o crédito tributário apontado carece de avaliação de condições ambientais do trabalho, o que escapa às competências do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, carecendo de suporte da Fiscalização Federal do Trabalho.
- (B) a autuação referida sempre demandará avaliação física, no local de trabalho, pela autoridade fiscal competente, não sendo possíveis emissões de lançamentos fiscais de ofício sem a diligência fiscal prévia.
- (C) o enquadramento da atividade econômica do sujeito passivo na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) representa aspecto relevante para fins de avaliação da correta conduta do contribuinte.
- (D) a autuação somente poderia tomar lugar na hipótese de atividades insalubres no ambiente de trabalho, pois a aludida contribuição é restrita à remuneração de empregados.
- (E) o lançamento fiscal é de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, pois a referida autarquia é a competente para a análise do meio-ambiente do trabalho no bojo da análise previdenciária.

19

O equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social brasileira é mandamento constitucional, na forma do Art. 201, *caput*, da Constituição da República de 1988.

Tendo em vista a necessidade de prévio financiamento frente às prestações previdenciárias, é correto afirmar que

- (A) a majoração de contribuições previdenciárias pode tomar lugar por decretos, com aplicabilidade imediata, desde que precedida de avaliação atuarial que assim a justifique.
- (B) a necessidade do equilíbrio financeiro e atuarial é um comando constitucional de especial importância para o legislador ordinário, de forma a direcionar e limitar alterações no plano de benefícios.
- (C) o princípio da seguridade social brasileira é também estampado em normas infraconstitucionais, o qual, todavia, não se estende à assistência social.
- (D) na hipótese de desequilíbrio do sistema previdenciário nacional, o plano de custeio vigente já prevê, automaticamente, majorações pontuais dos aportes dos empregadores.
- (E) o equilíbrio atuarial reflete a necessidade de que toda e qualquer prestação previdenciária seja passível de concessão a todo e qualquer segurado, desde que previamente filiado ao regime protetivo.

**20**

Em 24 de janeiro de 2023, a Previdência Social brasileira comemorou 100 anos de existência.

Do ponto de vista da origem e da evolução da previdência brasileira, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. A chamada “Lei Eloy Chaves” não foi o primeiro instrumento normativo a produzir algum tipo de amparo a trabalhadores nacionais.
- II. As Caixas de Aposentadorias e Pensões, na forma original, perduraram no Brasil até a criação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- III. O modelo original da “Lei Eloy Chaves” era especialmente voltado aos trabalhadores da indústria têxtil, sem outras categorias envolvidas.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

**21**

Acerca do salário de contribuição previdenciário, na forma da Lei nº 8.212/91, é correto afirmar que

- (A) é composto por quaisquer rendimentos do trabalhador, do trabalho ou do capital, de forma análoga ao imposto sobre a renda.
- (B) possui diversas parcelas não integrantes, expressamente referidas, como, por exemplo, prêmios e abonos.
- (C) não inclui benefícios da previdência social, com exceção do salário-família.
- (D) somente considera, para efetiva inclusão, rubricas salariais que sejam assim denominadas por livre escolha do empregador.
- (E) não permite a exclusão dos pagamentos de lucros e resultados, salvo para trabalhadores avulsos.

**22**

Paulo, professor empregado de determinada Universidade privada, deseja obter aposentadoria junto ao INSS. Todavia, algumas dificuldades surgiram em virtude de falhas de recolhimento no vínculo empregatício referido.

Nesse contexto hipotético, é correto afirmar que

- (A) os recolhimentos previdenciários de Paulo, como professor empregado, são de sua responsabilidade, cabendo ao empregador auxiliá-lo.
- (B) o vínculo empregatício de Paulo e suas remunerações devem ser informados à previdência social pelo empregador, na forma da legislação.
- (C) não é atribuição da Receita Federal do Brasil identificar eventual ausência de recolhimento previdenciário de segurados empregados.
- (D) Paulo deve ingressar com demanda judicial frente a seu empregador de forma a coagi-lo a verter contribuições devidas.
- (E) eventual ausência de recolhimento da cota patronal previdenciária, por parte do empregador, poderá afastar o direito de Paulo à aposentadoria.

**23**

Em relação às responsabilidades das sociedades empresárias e dos empregadores domésticos, no âmbito da Previdência Social brasileira, é correto afirmar que

- (A) as contribuições devidas por sociedades empresárias e empregadores domésticos são dimensionadas de forma idêntica, na forma da Lei nº 8.212/91.
- (B) o empregador doméstico é qualificado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) todas as sociedades empresárias nacionais, na forma da Lei nº 8.212/91, efetuam recolhimentos da cota patronal previdenciária de forma análoga.
- (D) a contribuição do empregador doméstico deve ser recolhida até o dia 30 do mês subsequente.
- (E) pessoas físicas, na forma da Lei nº 8.212/91, podem equiparar-se a sociedades empresárias, submetendo-se a encargos tributários análogos.

**24**

Sobre o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, é correto afirmar que

- (A) a incidência da contribuição recai sobre a totalidade da remuneração de segurados empregados e avulsos da empresa.
- (B) a fixação da alíquota correta deve ser feita mediante a avaliação do risco preponderante da empresa, somados todos os estabelecimentos.
- (C) a atribuição da disciplina particular da contribuição ao regulamento, especialmente a discriminação dos graus de risco, viola o princípio da legalidade tributária.
- (D) a contribuição não existe para empregadores rurais e agroindústrias, em virtude da dinâmica de incidência particular.
- (E) a concessão de benefícios acidentários, por parte do INSS, é condicionada ao correto recolhimento das contribuições pelos empregadores.

## Direito Tributário

**25**

Instituição financeira pública que atua em regime de livre concorrência, estruturada como empresa pública federal, foi surpreendida com a cobrança feita diretamente a ela, por parte do Município Alfa, de IPTU e de taxa de coleta domiciliar de lixo sobre imóvel de propriedade da União arrendado por tal empresa pública e onde se encontra sua sede nacional.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O IPTU não poderia ser cobrado diretamente de tal empresa, em razão da imunidade tributária recíproca de que gozam as empresas públicas federais.
- (B) O IPTU não poderia ser cobrado diretamente de tal empresa, uma vez que a União, proprietária do imóvel, é ente federado que goza de imunidade tributária.
- (C) O IPTU poderia ser cobrado diretamente de tal empresa, desde que mediante previsão no contrato de arrendamento celebrado entre a União e a empresa pública federal.
- (D) A taxa de coleta de lixo domiciliar não poderia ser cobrada diretamente de tal empresa, por ser a União, proprietária do imóvel, ente federado que goza de imunidade tributária.
- (E) A taxa de coleta de lixo domiciliar poderia ser cobrada diretamente da União, proprietária do imóvel.

**26**

Por meio de Decreto, o Presidente da República ampliou o prazo de pagamento de certo tributo federal de 30 para 45 dias, determinando que tal Decreto produziria efeitos imediatamente a contar da data da publicação no Diário Oficial da União.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tal Decreto é ato normativo apto para realizar essa alteração de prazo.
- (B) Tal Decreto não poderia contrariar a previsão do Código Tributário Nacional de prazo de pagamento em 30 dias para tributos federais.
- (C) Tal Decreto viola o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- (D) A alteração do prazo de pagamento de tributos federais somente pode ser feita mediante lei ordinária.
- (E) A alteração do prazo de pagamento de tributos federais somente pode ser feita mediante lei complementar.

**27**

Lei federal instituidora do Conselho Federal de certa profissão regulamentada estatuiu que a Diretoria da entidade poderia fixar o valor a ser cobrado a título de anuidades a serem pagas pelos profissionais vinculados a tal Conselho, limitado a um teto de até R\$ 500,00. Também estabeleceu que a fiscalização e a arrecadação de tais anuidades seriam feitas pelos próprios funcionários deste Conselho, contratados pelo regime da CLT.

Acerca desse cenário, é correto afirmar que tal lei federal

- (A) violou o princípio da legalidade tributária ao conferir à Diretoria deste Conselho Profissional o poder de fixar o valor das anuidades.
- (B) consubstancia o fenômeno da parafiscalidade, admitido no ordenamento jurídico nacional.
- (C) não poderia ter atribuído a tal Conselho, que não é parte da administração tributária federal, nem a fiscalização nem a cobrança destas anuidades.
- (D) poderia ter atribuído a tal Conselho, apesar de não ser parte da administração tributária federal, a cobrança de tais anuidades, mas não sua fiscalização.
- (E) não poderia ter atribuído a funcionários de tal Conselho, regidos pela CLT, a fiscalização e cobrança destas anuidades, uma vez que não são agentes da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

**28**

Audidores-fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) dirigem-se até certo terreno de marinha situado em área urbana, mas dedicado ao cultivo de hortaliças orgânicas, em uma ação de fiscalização tributária acerca da cobrança do ITR. Ao chegarem lá, são desacatados no exercício de sua função fiscal pelo foreiro José, que impede seu ingresso no imóvel.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por ser de propriedade da União, não incide o ITR sobre o imóvel dado em contrato de aforamento.
- (B) Por estar o imóvel localizado em área urbana, deve sobre ele incidir o IPTU, e não o ITR.
- (C) O mero foreiro não pode ser contribuinte de ITR.
- (D) Os auditores-fiscais da SERFB poderiam requisitar o auxílio da guarda municipal do local em que está situado o imóvel.
- (E) A fiscalização do ITR compete aos agentes tributários municipais, e não aos federais.

**29**

Acerca do instituto do parcelamento tributário, à luz do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa correta.

- (A) Lei específica pode excluir a incidência de juros em caso de parcelamento do crédito tributário.
- (B) Ao parcelamento não se aplicam, subsidiariamente, as disposições do Código Tributário Nacional (CTN) relativas à moratória.
- (C) A inexistência de lei específica local dispendo sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importa aplicação da lei geral federal de parcelamento.
- (D) O parcelamento é modalidade de exclusão do crédito tributário.
- (E) O parcelamento é modalidade de extinção do crédito tributário.

**30**

A sociedade empresária Sigma Ltda. incorretamente declarou a menor, pagando também a menor, ainda que dentro do prazo previsto na legislação tributária, seus débitos referentes ao IPI. Assim, quanto à parte remanescente que não foi declarada nem paga, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) disporá, para lançar a parcela restante do tributo, de

- (A) prazo prescricional de 5 anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- (B) prazo prescricional de 5 anos, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.
- (C) prazo prescricional de 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (D) prazo decadencial de 5 anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (E) prazo decadencial de 5 anos, contados da data do fato gerador da obrigação tributária.

**31**

Acerca dos crimes contra a ordem tributária e à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Incide o princípio da insignificância quanto a crimes tributários federais quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
- (B) O delito de falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável é considerado crime material ou de resultado.
- (C) O delito de apropriação indébita tributária consiste em o contribuinte deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.
- (D) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, constitui crime próprio.
- (E) Não se tipifica o delito de prestar declaração falsa às autoridades fazendárias antes do lançamento definitivo do tributo.

**32**

A sociedade empresária DEF Ltda. foi autuada e apenada com multa pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (SERFB) por descumprimento de obrigação tributária acessória prevista em Instrução Normativa da SERFB. Inconformada, impugnou tal lançamento, mas não obteve decisão favorável na 1ª. instância administrativa. Após recorrer administrativamente, também ingressou com ação anulatória fiscal contra o lançamento, mas a sentença foi desfavorável a seus interesses. DEF Ltda. apelou e, antes do julgamento do recurso, nova Instrução Normativa da SERFB deixou de prever aquela obrigação tributária acessória cujo descumprimento ensejara o auto de infração original.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sendo concomitantes as tramitações do recurso administrativo-tributário e da ação judicial, prevalecerá a decisão que se tornar definitiva em primeiro lugar.
- (B) A Instrução Normativa da SERFB não poderia criar obrigação tributária acessória, sob pena de violar o princípio da legalidade tributária.
- (C) a nova Instrução Normativa que deixou de prever aquela obrigação tributária acessória não poderá ser levada em conta pelo julgador após já ter havido decisões administrativa e judicial de 1ª. instância.
- (D) O ingresso com ação judicial anulatória deverá conduzir à extinção do processo na via administrativa.
- (E) Pelo princípio do *tempus regit actum* (a lei vigente ao tempo rege o ato), tal multa aplicada sob a vigência de Instrução Normativa que exigia certa obrigação acessória deve ser mantida.

**33**

A sociedade empresária Delta Ltda. teve sua falência decretada judicialmente. Ao realizar, por ser necessária, a classificação dos créditos na falência, para definir sua ordem de preferência de pagamento, foi constatado que havia a serem pagos:

- I. créditos tributários anteriores ao início do curso do processo de falência;
- II. crédito decorrente de acidente de trabalho no valor de 200 salários-mínimos;
- III. créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;
- IV. multas tributárias.

Assinale a opção que indica a devida ordem de pagamento de tais créditos, partindo do crédito de maior preferência para o de menor preferência.

- (A) I – IV – II – III
- (B) I – III – II – IV
- (C) II – III – I – IV
- (D) III – II – I – IV
- (E) II – I – IV – III

**34**

Acerca da medida cautelar fiscal e à luz da Lei nº 8.397/1992, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Na decretação da medida cautelar fiscal contra pessoa jurídica, a indisponibilidade sobre os bens próprios desta recairá somente sobre os bens do ativo permanente.
- ( ) A medida cautelar fiscal decretada poderá ser substituída, a qualquer tempo, pela prestação de seguro garantia, ouvida necessariamente a Fazenda Pública sobre o pedido de substituição.
- ( ) O indeferimento da medida cautelar fiscal obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) F, V e V.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

## Legislação Tributária

**35**

José, necessitando de recursos para um tratamento de saúde, resolveu alienar as únicas criptomoedas de sua propriedade constantes de sua carteira digital. Tendo-as adquirido por R\$ 5.000,00, alienou-as por R\$ 30.000,00. Tampouco realizou qualquer outra operação de alienação de bens ou direitos naquele mês.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ganho de capital auferido nesta operação é isento do imposto sobre a renda.
- (B) O ganho de capital auferido ultrapassa em R\$ 10.000,00 o limite de isenção de imposto sobre a renda para esse tipo de operação.
- (C) O ganho de capital em operações com criptomoedas é calculado tomando-se por base a diferença entre o valor da alienação, acrescido de 50%, e o custo de aquisição.
- (D) O ganho de capital em operações com criptomoedas é calculado tomando-se por base a diferença entre o valor da alienação, acrescido de 25%, e o custo de aquisição.
- (E) Por ausência de expressa previsão legal, a alienação de criptomoedas ainda não configura fato gerador de imposto de renda no Brasil.

**36**

A sociedade empresária ABC Ltda., tributada quanto ao IRPJ com base no lucro real, alega que a inserção do valor da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL na base de cálculo do IRPJ é indevida, razão pela qual ingressa com medida judicial com o fito de poder deduzir a CSLL da base de cálculo do IRPJ.

Diante desse cenário, e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a inserção do valor da CSLL na base de cálculo do IRPJ

- (A) é indevida, pois viola a reserva de lei complementar em matéria tributária para dispor sobre normas gerais relativas à regra-matriz do IRPJ.
- (B) é indevida, pois viola o princípio da capacidade contributiva, ao não permitir ao contribuinte deduzir, na apuração do valor do tributo, todos os gastos e despesas imprescindíveis à manutenção da fonte produtiva da renda.
- (C) é indevida, pois viola o conceito constitucional de renda, já que o valor pago a título de CSLL constitui despesa operacional necessária à manutenção da atividade empresarial, e não renda.
- (D) é devida, pois o valor pago a título de CSLL, pela circunstância de ser utilizado para solver obrigação tributária, não perde a característica de corresponder à parte dos lucros ou da renda do contribuinte.
- (E) é devida, pois existe lacuna legal sobre a indedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IRPJ.

**37**

A Fazenda Esperança é imóvel rural que tem 75% de sua área no território do Município Alfa e 25% no território do Município Beta (onde está situada a sede do imóvel); 20% da área da Fazenda Esperança é reserva legal devidamente cadastrada perante os órgãos competentes. João, proprietário do referido imóvel e residente em sua sede, é titular de outros imóveis rurais, mas não está declarando nem recolhendo devidamente o ITR da Fazenda Esperança, tendo sofrido execução fiscal para cobrança dessa dívida de ITR.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O domicílio tributário do contribuinte para fins de ITR, nesse caso, é o Município Alfa, onde situada a maior parte do imóvel, vedada a eleição de qualquer outro.
- (B) As informações cadastrais deste imóvel rural integram o Cadastro de Imóveis Rurais – CAFIR, administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que poderá, a qualquer tempo, solicitar informações visando à sua atualização.
- (C) O valor do ITR desse imóvel será apurado aplicando-se sobre o Valor da Terra Nua – VTN a alíquota correspondente, considerados a área total do imóvel e o Grau de Utilização - GU.
- (D) O ITR é tributo sujeito a lançamento por declaração.
- (E) Ocorrendo adjudicação, para fins fundiários, de imóvel rural penhorado em execução fiscal, o imóvel passará a integrar o patrimônio específico do ente federado União, com carta de adjudicação e registro imobiliário expedidos em seu nome.

**38**

A sociedade empresária Theta Ltda. pretende estabelecer entre seus empregados um programa de incentivo a doações ao Fundo de Amparo à Criança e ao Adolescente. Segundo esse programa, a sociedade antecipa ao Fundo de Amparo o valor correspondente à doação voluntária que o empregado desejar realizar. Por sua vez, o empregado deverá reembolsar à sociedade o valor da doação antecipado, no ano seguinte, em cinco parcelas, devidamente atualizadas monetariamente e a juros baixíssimos, mediante desconto em folha de pagamento.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tal pagamento da sociedade ao Fundo de Amparo no lugar do empregado será considerado adiantamento de salário, submetendo-se à tributação pelo IRPF.
- (B) Havendo uma operação de mútuo feneratício entre a sociedade e seu empregado, sobre tal operação deverá incidir o IOF.
- (C) Por se tratar de uma doação do empregado ao Fundo de Amparo, não incide tributação por impostos federais na operação entre a sociedade e o empregado, mas apenas a tributação pelo ITCMD, de competência estadual.
- (D) Apesar de se tratar de uma operação de empréstimo com a cobrança de encargos entre a sociedade e o empregado, tais encargos não serão registrados como receita financeira da pessoa jurídica.
- (E) A devolução do valor principal emprestado, sem os encargos, constitui receita para a pessoa jurídica empregadora.

**39**

Avalie se os entes abaixo listados são (S) ou não são (N) considerados contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita ou o faturamento, ao realizarem suas atividades típicas:

1. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).
2. Sindicato dos Empregadores da Construção Civil do Município Alfa.
3. Condomínio de proprietários de imóveis comerciais.

A classificação correta é

- (A) 1 – N; 2 – N; 3 – N.
- (B) 1 – N; 2 – S; 3 – N.
- (C) 1 – N; 2 – S; 3 – S.
- (D) 1 – S; 2 – N; 3 – S.
- (E) 1 – S; 2 – S; 3 – S.

**40**

Entre as opções de atividades abaixo elencadas, assinale a *única* que corresponde a uma hipótese de incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

- (A) O preparo de refrigerantes, à base de extrato concentrado, por meio de máquinas, automáticas ou não, em restaurantes, bares e estabelecimentos similares, para venda direta a consumidor.
- (B) A confecção de vestuário, por encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina.
- (C) O preparo de produtos alimentares acondicionados em embalagens especiais de apresentação para revenda ao comércio varejista.
- (D) A manipulação em farmácia, para venda direta a consumidor, de medicamentos oficinais e magistrais, mediante receita médica.
- (E) A montagem de óculos, mediante receita médica.

41

A arrecadação com a CIDE-Combustíveis é uma importante fonte de custeio para pagamento de subsídios, auxílios e financiamento de projetos e programas de relevante interesse social.

A respeito dessa CIDE, assinale a afirmativa correta.

- (A) O importador pessoa física de gasolina não é contribuinte dessa CIDE.
- (B) A administração e a fiscalização dessa CIDE competem à autarquia federal Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
- (C) As alíquotas dessa CIDE são *ad valorem*.
- (D) Tal CIDE não incide sobre as receitas de exportação, para o exterior, de álcool etílico combustível.
- (E) Decreto do Presidente da República poderá reduzir as alíquotas desta CIDE, mas não as restabelecer.

42

O Hospital Beneficente Alfa, portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), envia médicos, seus empregados, para realizarem curso de especialização no exterior, fornecendo-lhes cartão de crédito corporativo internacional para poderem custear gastos, em moeda estrangeira, com alimentação e estadia no exterior enquanto durar o curso.

Diante desse cenário e acerca da incidência de IOF sobre tais gastos realizados no exterior, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sendo a titular de tal cartão de crédito corporativo uma entidade imune, o IOF não deve incidir sobre tais gastos realizados no exterior mediante cartão de crédito corporativo internacional.
- (B) Os gastos relacionados com treinamento de seus médicos no exterior não se relacionam com as finalidades essenciais de tal entidade, razão pela qual, embora imune, deve recolher como contribuinte o IOF incidente sobre essa operação.
- (C) Por se tratar de hipótese de operação de crédito externo, o IOF não incide no caso.
- (D) O IOF incide no caso, pois o contribuinte é a administradora do cartão de crédito, sendo a entidade imune aquela que meramente suporta o encargo financeiro do imposto na fatura do cartão de crédito.
- (E) Por configurar imposto sobre a produção e a circulação, e não sobre patrimônio, renda ou serviços, o IOF não está abarcado pela imunidade tributária de impostos que beneficia tal entidade.

## Comércio Internacional

43

A área formada pelo território dos países membros na qual fica excluída a imposição de qualquer medida que constitua obstáculo ou restrição à liberdade de circulação interna de bens entre eles define

- (A) Mercado Comum.
- (B) Área de Livre Comércio.
- (C) Comunidade Econômica.
- (D) União Econômica e Financeira.
- (E) Organismo Regional de Comércio.

44

O transporte multimodal pode ser entendido como

- (A) o transporte realizado por dois ou mais meios de transporte distintos, podendo ser atribuída ao operador do transporte multimodal a responsabilidade pela unitização e desunitização da carga, mas não pela consolidação e desconsolidação.
- (B) o transporte realizado por dois ou mais meios de transporte distintos, podendo ser atribuída ao operador do transporte multimodal a responsabilidade pela consolidação e desconsolidação da carga, mas não pela unitização e desunitização.
- (C) o transporte realizado por dois ou mais meios de transporte distintos, podendo ser atribuída ao operador do transporte multimodal a responsabilidade pela unitização e desunitização da carga, e, também, pela consolidação e desconsolidação da carga.
- (D) o transporte de mercadoria por qualquer modalidade de transporte, encerrando-se, por natureza, a responsabilidade do operador de transporte multimodal no momento da entrega da mercadoria no ponto de chegada ao ponto de destino.
- (E) o transporte de mercadorias por duas ou mais modalidades diferentes de transporte, responsabilizando-se o operador de transporte multimodal apenas pela entrega da carga a cada responsável pelo veículo transportador de escolha do exportador.

45

Controvérsias surgidas entre países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) ou entre particulares, no que diz respeito à interpretação ou à aplicação do tratado, serão resolvidas conforme dispõe o Protocolo de Olivos.

Em relação ao tema, é correto afirmar que

- (A) as controvérsias surgidas entre particulares são resolvidas por um Tribunal Arbitral *ad hoc* criado especialmente para que nenhuma controvérsia deixe de ser solucionada em prazo razoável.
- (B) os particulares podem submeter suas reclamações ao Tribunal Arbitral Permanente de Revisão, que as acolherá e deliberará pela maioria absoluta de seus membros no prazo de 60 dias.
- (C) apenas as controvérsias surgidas entre Estados-Membros são solucionadas pelo Tribunal Arbitral *ad hoc* do Mercosul, não havendo, em absoluto, decisões sobre reclamações de particulares.
- (D) as controvérsias entre Estados-Membros sobre a interpretação ou a aplicação do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto são sempre decididas pela unanimidade dos seus membros.
- (E) as reclamações de particulares são analisadas pela Seção Nacional do Grupo Mercado Comum (GMC) e posteriormente encaminhadas ao Grupo de Especialistas designado pelo GMC, se consideradas procedentes.

46

Partindo-se do entendimento de que a prática do *dumping* é danosa à economia do país importador de produtos estrangeiros, é correto afirmar que

- (A) a discriminação de preços entre o mercado exportador e o mercado interno do país importador pode ser compensada com a proposta de acordo de preços encaminhada ao país importador.
- (B) conforme dispõe o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), o *dumping* pode ser aceito por países que protegem o consumidor, visto constituir uma forma de estímulo à redução de preços no mercado interno.
- (C) a prática do *dumping* é danosa, na medida em que os agentes de produção do país importador reduzem os preços de seus produtos com o fim de enfrentarem e anularem a concorrência externa.
- (D) o caráter predatório do *dumping* se caracteriza, basicamente, pela eliminação da concorrência no país importador e o consequente domínio do mercado, seguido da elevação do preço dos produtos.
- (E) a aplicação dos direitos *antidumping* é obrigatória, tendo em vista o objetivo de proteger o mercado produtor e obedecer a critérios econômicos de avaliação do dano causado à indústria nacional.

47

O estabelecimento de cotas de importação pelos países, câmbios diferenciados por operação, tarifas aduaneiras protecionistas, tratamentos preferenciais a certos países em detrimento de outros e o tratamento tributário mais oneroso para produtos importados caracterizam

- (A) barreiras ao comércio internacional admitidas pelo Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), uma vez que são consideradas mecanismos de defesa em períodos de crise econômica no país importador.
- (B) barreiras ao comércio internacional, vedadas pelo GATT, por afrontarem o objetivo principal visado pelo acordo, qual seja, a liberdade nas transações comerciais, fundada na eliminação de obstáculos às trocas de mercadorias.
- (C) medidas protecionistas, sempre admitidas pelo Acordo, nos casos em que certos países, diante da concorrência internacional danosa, optarem por adotar temporariamente essas medidas, em lugar dos direitos *antidumping*.
- (D) mecanismos de proteção do mercado interno, permitidos pelo GATT, adotados como alternativas ao lento e custoso processo de apuração da prática do *dumping*, sobretudo por países em visas de desenvolvimento.
- (E) mecanismos protecionistas adotados por certos países, em detrimento da apuração, obrigatória segundo determina o GATT/94, em processos de apuração da prática do *dumping* ou da concessão de subsídios.

48

Reduzir procedimentos pouco eficientes nas operações de comércio exterior, estabelecer boas práticas governamentais, como a coordenação entre órgãos de governo, o uso de gerenciamento de riscos e o emprego de tecnologias e padrões internacionais, são objetivos do

- (A) Acordo sobre Facilitação do Comércio.
- (B) Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.
- (C) Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.
- (D) Protocolo de Ouro Preto, de 1994, sobre o Mercosul.
- (E) Acordo sobre a Implementação do artigo VII do GATT.

49

Entende-se como Balanço de Pagamentos

- (A) o registro das contas relativas à balança comercial, à balança de serviços e às transferências unilaterais de determinado país em suas relações comerciais e financeiras.
- (B) o registro do movimento de capitais, ou seja, de investimentos, de empréstimos e de recursos externos utilizados para fechar as contas públicas de um país.
- (C) o total de remessas em moeda estrangeira para o atendimento de despesas de brasileiros que residem no exterior participando, por exemplo, de bolsas de estudos.
- (D) o saldo, positivo ou negativo, das operações de comércio exterior de um país, ou seja, o saldo das importações e das exportações realizadas em um período de um ano.
- (E) o registro das operações econômico-financeiras realizadas por um país com outros países, compreendendo as transações correntes e o movimento de capitais.

50

Avale se na entrega de determinada moeda específica de um país, como pagamento de uma importação ou de uma exportação, que configura um negócio jurídico bilateral envolvendo operações de compra e venda no mercado internacional, ocorre a incidência de:

- I. IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e sobre Operações relativas a Títulos e Valores Imobiliários.
- II. IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados.
- III. ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Interestaduais e Intermunicipais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Legislação Aduaneira

51

As atividades exercidas pelas alfândegas e pelos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, no que se refere ao controle e à fiscalização das operações típicas de comércio exterior, têm precedência sobre as atividades desenvolvidas pelas demais autoridades do país,

- (A) exceto nos casos de apreensão, em flagrante, de mercadoria pela Polícia Federal.
- (B) excetuadas as autoridades de saúde, nos casos de produtos químicos e alimentícios.
- (C) nos limites estabelecidos pelo Ministro da Fazenda, conforme dispõe a Constituição.
- (D) nos termos e nos limites estabelecidos por lei ordinária ou por Medida Provisória.
- (E) sempre que se manifestarem interesses conflitantes sobre fatos de natureza fiscal.

**52**

Por definição, o fato gerador do Imposto de Importação é a entrada do produto importado no território aduaneiro. Para fins de cálculo do imposto, porém, a lei considera ocorrido o fato gerador

- (A) na data do registro da Declaração de Importação da mercadoria no Siscomex.
- (B) no momento da efetiva descarga da mercadoria no ponto de chegada ao país.
- (C) no momento em que se comprova o extravio de mercadoria importada.
- (D) na data do licenciamento, no Siscomex, com vistas à liberação da mercadoria.
- (E) na data do desembarço aduaneiro de mercadoria despachada para consumo.

**53**

Segundo a Constituição da República de 1988 e a legislação aduaneira, considera(m)-se contribuinte(s) do Imposto de Importação

- (A) toda pessoa física ou jurídica, ainda que ingresse irregularmente com mercadoria estrangeira no país.
- (B) toda pessoa, física ou jurídica, que ingresse no país com mercadoria ou produto sujeito a tributos.
- (C) o importador de mercadoria estrangeira e o viajante, este em relação aos bens conduzidos na bagagem.
- (D) o importador e, nas importações por via postal, a empresa de correios, caso o destinatário se recuse a receber a mercadoria.
- (E) todos os brasileiros, incluindo aqueles que introduzam mercadoria, clandestinamente, no país.

**54**

Nos termos da legislação em vigor e de decisões judiciais de Tribunais Superiores, a Taxa de Utilização do Siscomex incide

- (A) no momento em que é emitida a Fatura Comercial, documento que comprova a venda.
- (B) no momento em que a Declaração de Importação é registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior.
- (C) na atracação do navio e é calculada sobre o valor constante do Conhecimento de Carga.
- (D) no momento em que a mercadoria chega ao porto, aeroporto ou ponto de fronteira.
- (E) apenas nos casos em que a mercadoria importada é transportada por via marítima.

**55**

Os Regimes Aduaneiros Especiais se caracterizam

- (A) pela suspensão do Imposto de Importação, do IPI, do ICMS, do PIS-Importação e da Cofins-Importação.
- (B) pela dispensa total e definitiva de todos os tributos devidos, seja na importação, seja na exportação.
- (C) em regra, pela suspensão dos tributos, pelo prazo previsto em lei e pela finalidade econômica do bem.
- (D) pela suspensão de tributos, que se converte em isenção após cumpridas as condições previstas em lei.
- (E) pela isenção total dos tributos federais, estaduais e municipais, conforme convênio CONFAZ.

**56**

Em relação às características que distinguem os regimes aduaneiros especiais dos regimes aduaneiros aplicados em áreas específicas, é correto afirmar que

- (A) no primeiro caso, são dispensados todos os tributos federais e estaduais, enquanto no segundo, apenas os federais.
- (B) os primeiros são direcionados a produtos importados, enquanto os segundos beneficiam apenas pessoas jurídicas.
- (C) os benefícios no primeiro caso são direcionados a mercadorias; no segundo, dirigem-se a cidades ou áreas delimitadas por lei.
- (D) os regimes aduaneiros especiais são espécies de incentivos fiscais, enquanto os aplicados em áreas específicas são apenas benefícios fiscais.
- (E) os primeiros gozam apenas de incentivos federais, enquanto os segundos buscam melhorar as condições de vida dos povos.

**57**

É devido o Imposto de Importação sobre a entrada de mercadoria estrangeira no território nacional na seguinte hipótese:

- (A) retorno ao país de mercadoria devolvida por defeito técnico, para fins de reparo ou substituição.
- (B) produto exportado que retorna ao país por erro comprovado de expedição, acompanhado da documentação correspondente.
- (C) qualquer bem exportado em caráter definitivo que retorna ao país por motivo de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (D) mercadoria estrangeira em regime de trânsito aduaneiro via terrestre para o Paraguai extraviada durante o transporte.
- (E) bens declarados como amostra comercial, sem valor considerável, conduzidos por viajante que regressa ao país.

**58**

O regime aduaneiro especial do REPEX consiste na

- (A) autorização para importação de petróleo bruto, gasolina e óleo diesel, com o fim de se manter no país estoque estratégico desses bens.
- (B) autorização para importação de petróleo bruto, pela Petrobras, com vistas a manter estoque estratégico desses produtos.
- (C) importação de petróleo bruto e gás natural, com o fim de atender eventual necessidade no país dos referidos hidrocarbonetos.
- (D) importação de petróleo, basicamente para fornecimento a mercados estrangeiros, em regra, para países limítrofes.
- (E) importação em períodos de crise energética, não podendo, em hipótese alguma, ser exportado a outros países.

**59**

Uma filial de sociedade empresária estrangeira estabelecida no Brasil pretende importar máquinas e equipamentos com o objetivo de participar, em consórcio com sociedade empresária brasileira, de obras de infraestrutura no país. Tais bens deverão retornar ao exterior após a realização dos trabalhos.

Nesse caso, trata-se de importação sob o regime aduaneiro

- (A) geral de importação, pois equivale ao despacho para consumo.
- (B) especial de admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.
- (C) especial de admissão temporária para aperfeiçoamento passivo.
- (D) geral de importação, já que os bens prestarão serviços no país.
- (E) especial de admissão temporária para utilização econômica.

**60**

Os recintos aduaneiros são os locais onde se depositam mercadorias importadas ou destinadas ao exterior, localizados na zona secundária do território aduaneiro, como, por exemplo, os entrepostos aduaneiros. Eles operam

- (A) como qualquer armazém, depósito ou entreposto de zona primária e, tendo em vista a jurisdição natural e legal dos serviços aduaneiros, suas operações se encontram sob o controle do órgão local de entrada da mercadoria.
- (B) sob o controle aduaneiro da repartição da jurisdição onde se encontram e, sob os aspectos jurídico e tributário, caracterizam-se como uma extensão da zona primária, tendo em vista as obrigações legais a que se sujeitam.
- (C) nos mesmos moldes que um armazém de zona primária localizado em portos, aeroportos ou pontos de fronteira, e estão sob o controle da repartição de zona primária de entrada ou pela qual deverá sair a mercadoria a ser exportada.
- (D) sob a responsabilidade do beneficiário do regime, que providenciará a emissão da Declaração de Importação ou de Exportação, quando solicitada pela alfândega da jurisdição, obrigando-se, ainda, ao pagamento dos tributos, se devidos.
- (E) sob o aspecto jurídico, como recintos aduaneiros de zona secundária, em razão da natureza da sua finalidade, podendo ainda ser utilizados como depósitos públicos de mercadoria importada ou de mercadoria destinada à exportação.

## Prova Discursiva

### Questão 1

ABC Comércio Ltda., atuante no comércio varejista, em 2021, passa a não mais concordar com a cobrança da contribuição incidente sobre a folha de salários em favor do Serviço Social do Comércio (SESC), por considerá-la inconstitucional, uma vez que entende que a sua base de cálculo não configura nem faturamento, nem receita bruta, nem valor de operação, tal como previsto no Art. 149, § 2º, inciso III, alínea “a”, da Constituição da República de 1988. Por esse motivo, a sociedade empresária deixou de pagar débitos de tais contribuições já previamente declarados, bem como deixou de entregar novas declarações referentes a novos fatos geradores de tais contribuições. ABC Comércio Ltda. ingressa com mandado de segurança com pedido de liminar para que fosse suspensa a exigibilidade dos créditos tributários com base na inconstitucionalidade da exação, de modo a não sofrer cobrança, sendo a liminar concedida pelo magistrado.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

- a) **Tem razão a ABC Comércio Ltda. em sua alegação de inconstitucionalidade da cobrança de tal contribuição incidente sobre a folha de salários em favor do Serviço Social do Comércio? Justifique.**
- b) **É possível realizar-se o lançamento das contribuições ainda não declaradas durante a vigência de tal liminar em mandado de segurança? Justifique.**
- c) **Caso a liminar não tivesse sido concedida, qual seria a parte legítima para cobrar judicialmente tais contribuições? Justifique.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

---

27

---

28

---

29

---

30

---

**Questão 2**

Em tema de improbidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/92 (LIA), com redação dada pela Reforma de 2021, responda, de forma objetivamente fundamentada, aos itens a seguir.

- a) Em matéria de investidura de agente público em cargo público, é cabível a exigência de apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza?
- b) A evolução patrimonial incompatível com a renda do agente público pode configurar atualmente ato de improbidade administrativa?
- c) É possível a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu em ação de improbidade administrativa?
- d) Agir ilicitamente na arrecadação de tributo configura atualmente ato de improbidade administrativa?
- e) Sobre a consensualidade no direito sancionador, o acordo de não persecução civil pode ser celebrado em algum momento após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa?
- f) Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma benéfica inserida na LIA pela Lei nº 14.230/2021 que promoveu a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa retroage em relação à ação de improbidade administrativa com sentença transitada em julgado em data anterior à publicação da lei e a processos em fase de execução das penas impostas ao réu?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

